

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA
EM HISTÓRIA**

Florianópolis, SC

2023

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED

DIREÇÃO GERAL

Prof. Dr. Celso João Carminati

DIREÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Emerson Cesar de Campos

DIRETORA DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

Profa. Dra. Rosa Elisabete Militz Wypyczynski Martins

DIREÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Julice Dias

DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme de Medeiros

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em História

Caroline Jaques Cubas

Cristiani Bereta da Silva (Chefe de Departamento)

Janice Gonçalves

Luciana Rossato

Nucia Alexandra Silva de Oliveira (Vice-Chefe de Departamento)

Reinaldo Lindolfo Lohn

Florianópolis, novembro de 2024

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Histórico legal	6
QUADRO 2 – Grupo I	19
QUADRO 3 – Grupo III	20
QUADRO 4 - Matriz curricular vigente: ingresso no primeiro semestre	21
QUADRO 5 - Matriz curricular vigente: ingresso no segundo semestre	23
QUADRO 6 - Resumo da carga horária do curso vigente	25
QUADRO 7 - Matriz curricular proposta para o Curso de História Licenciatura (ingresso noturno)	25
QUADRO 8 - Matriz curricular proposta para o Curso de História Licenciatura (ingresso vespertino)	28
QUADRO 9 - Discriminação da carga horária total de docente e discente para cursos de Licenciatura	30
QUADRO 10 - Resumo da carga horária do curso e discriminação da carga horária em percentuais na matriz curricular para cursos de licenciatura	30
QUADRO 11 – Distribuição da carga horária – Resolução 02/2022 CEG	31
QUADRO 12 - Impacto docente	32
QUADRO 13 - Ementário por fase	32
QUADRO 14 - Equivalências das Disciplinas em vigor e propostas	50
QUADRO 15 – Disciplinas que atendem a educação das Relações étnico-raciais	54
QUADRO 16 – Distribuição das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado	55
QUADRO 17 – Disciplinas que atendem a política de Educação Ambiental	56
QUADRO 18 – Creditação da Extensão em disciplinas mistas	57
QUADRO 19 - Projeção de implantação do Curso e extinção gradativa da matriz vigente	57
QUADRO 20 – Disciplinas Mistas	69
QUADRO 21 – Identificação dos docentes do Curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação	77
QUADRO 22 – Previsão Orçamentária	80

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2. HISTÓRICO DO CURSO	8
3. OBJETIVOS DO CURSO	11
3.1 Objetivo geral	
3.2. Objetivos específicos	
4. PERFIL DO EGRESO E ÂMBITO PROFISSIONAL	12
5. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO – DCN	14
5.1Eixos do Currículo da Licenciatura em História da UDESC	17
5.2 Diretrizes Curriculares Nacionais	20
6. ESTRUTURA CURRICULAR – MATRIZ VIGENTE	21
6.1 Matriz curricular vigente	21
6.1.1 Resumo da carga horária do curso vigente	25
7. MATRIZ CURRICULAR - MATRIZ PROPOSTA	25
7.1 Matriz Curricular proposta para o curso de LICENCIATURA	25
7.2 Discriminação da carga horária discente e docente	30
7.3 Resumo da carga horária	30
7.4 Estudo de impacto docente	31
8. EMENTÁRIO	31
9. APLICAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES	50
9.1 Proposta de transição curricular	56
10. ENFOQUES PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	57
10.1 Tecnologias digitais de informação e de comunicação (aplicadas no processo de ensino aprendizagem) voltadas à educação	57
10.1.2 Relação de Laboratórios e núcleos comuns à FAED	58
10.1.3 Relação de Laboratórios e/ou Núcleos do Curso de História	59
10.2 Prática Pedagógica	63
11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	64

12. SAÍDAS DE CAMPO	66
13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	66
14. CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO	67
15. PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, BEM COMO DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	68
16. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	72
17. AUTOAVALIAÇÃO	75
18. CORPO DOCENTE	76
18.1 Identificação dos docentes do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação	76
19. RECURSOS NECESSÁRIOS	76
20. ACERVO (Biblioteca)	77
21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	79
22. REFERÊNCIAS	81
23. ANEXO	83

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

QUADRO 1: DADOS LEGAIS

Nome (atual e proposto, se for o caso)	Licenciatura em História
Ato de autorização	Resolução 005/90, de 25/05/90-CONSEPE
Ato de reconhecimento	<p>Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 79, de 29/01/1996, publicada no DOU em 30/01/1996.</p> <p>Resolução nº 088/2007 – CONSUNI (Aprova Projeto de reformulação curricular do Curso de Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado)</p> <p>Resolução nº 072/2011 - CONSUNI (Referendada pela Resolução nº 096/2011 - CONSUNI) que alterou a denominação do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, para Curso de Licenciatura em História, extinguindo a oferta do bacharelado</p>
Ato de renovação de reconhecimento	Renovação do reconhecimento: Parecer CEE/SC nº 058 e Resolução nº 016, de 13/03/2023
Título concedido (atual e proposto, se for o caso)	Licenciado em História
Início de funcionamento do curso	Março de 1990
Ano e semestre de implantação da reforma curricular (previsão)	2025.2
Número de vagas por semestre (atual e proposta) <u>Não há alteração</u>	20 vagas para o ingresso no primeiro semestre (noturno) e 40 vagas para o ingresso no segundo semestre (vespertino)
Número de fases (atual e proposta) <u>Não há alteração</u>	8 fases
Carga horária total (atual e proposta)	<p>Atual: 189 créditos ou 3402 horas</p> <p>Proposta: 215 créditos ou 3870 horas</p>

Período de Integralização (mínimo e máximo)	Mínimo: 8 semestres Máximo: 14 semestres
Turno de oferta e forma de ingresso	Vespertino e noturno. Ingresso por meio de Concurso Vestibular
Local de funcionamento (endereço completo e telefone)	Local: Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED Av. Madre Benvenuta, 2007 – Campus Universitário I – Itacorubi – Florianópolis/SC Fone: (048) 36648515
Currículo atual (aprovado pela Resolução nº33/2013, de 04/07/2013 - CONSUNI	

2. HISTÓRICO DO CURSO

A construção de uma política de formação e qualificação de recursos humanos em Santa Catarina está associada a um contexto histórico desenvolvimentista no Brasil, na segunda metade do século XX. É desta época a execução de iniciativas estatais para a industrialização do país com o objetivo de superar aquilo que então se compreendia como “subdesenvolvimento”. Em Santa Catarina, a consolidação do ensino superior e a criação das universidades públicas estão relacionadas a este processo, em especial a partir da década de 1960. A criação, em maio de 1965, da então Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — atual Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) — respondia aos esforços empreendidos nas esferas governamentais brasileiras de gerar conhecimentos e recursos capazes de promover a difusão cultural, a pesquisa e a educação em todos as etapas e áreas do conhecimento.

Na Faculdade de Educação (FAED) - um dos primeiros centros de ensino da UDESC - foi criado, em 1974, o Curso de Estudos Sociais, desmembrado posteriormente em Cursos de História e Geografia. Essa trajetória deu origem, em 1990, ao Curso de História - Licenciatura Plena, voltado à formação de professores de História, para atuar em escolas dos então denominados 1º e 2º Graus das redes públicas, estadual e municipal, e privada de ensino. Em 2007, a Faculdade de Educação viria a se tornar o Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), dentro da nova configuração da Universidade (Resolução 044/2007 – CONSUNI). A despeito da nova denominação do centro, a sigla FAED foi mantida em razão do apelo histórico e afetivo nela contidos.

O Curso de História começou a funcionar no primeiro semestre de 1990 e obteve o seu reconhecimento por meio do Parecer nº 134/95, do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE-SC), em 04 de julho de 1995 e da Portaria nº 79, de 29 de janeiro de 1996, do Ministério de Educação e Desporto, publicado no Diário Oficial da União de 30.01.1996. A partir dessa data, o Curso de História da UDESC passou a oferecer as modalidades de Bacharelado e Licenciatura na forma de dupla habilitação para um mesmo percurso curricular (Resolução nº 025/95 - CONSEPE, de 26/07/95). Em 1998, houve um ajuste curricular (Resolução nº 016/1998/CONSEPE), ampliando as horas de Estágio Curricular Supervisionado para 300 h/a, conforme o que dispunha a Lei nº 9.394 de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da Educação Nacional, amparada pelo Parecer CNE/CES 744/7997. A partir das demandas anunciadas pelas Resoluções CNE/CP números 1/2002 e 2/2002, que aumentaram a

carga horária obrigatória tanto das práticas curriculares quanto do estágio curricular supervisionado, passou-se a estudar nova proposta de reformulação da matriz. Após várias reuniões do Colegiado de Curso, aprovou-se nova matriz curricular (Resolução nº 033/2003/CONSEPE), implantada a partir de 2004.

Em paralelo à aprovação e implantação da nova matriz curricular, os docentes do Departamento iniciaram as discussões para a implantação de um Curso de Mestrado em História. O Programa de Pós-Graduação em História (Curso de Mestrado, acadêmico) foi aprovado e reconhecido pela CAPES em julho de 2006 (Ofício CTC/CAPES 718-11/2006). Em 17 de janeiro de 2007, no Diário Oficial da União, foi publicada a Portaria nº 73, instituindo o Curso, que teve o ingresso de sua primeira turma naquele mesmo ano¹. Em 2013 foi submetida a proposta de criação do Curso de Doutorado, obtendo recomendação da CAPES, com nota 4. Seu reconhecimento foi dado pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 58/2014, mesmo ano de ingresso de sua primeira turma. Em 2018, na avaliação da Capes, o Programa de Pós-Graduação em História da UDESC obteve conceito 5, situando-se dentre os programas de excelência nacional. Tanto o mestrado quanto o doutorado promovem formação qualificada de recursos humanos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* voltado ao conhecimento histórico, tendo como área de concentração a História do Tempo Presente. Destaque-se ainda que o Departamento de História integra a rede nacional do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória), coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ofertando mestrado na modalidade profissional, desde 2014, e, a partir de 2024 também doutorado².

Com o andamento da matriz curricular implantada em 2004, associada ao início do curso de mestrado, houve a necessidade de ajustes e adequações na proposta. Desse modo, em 2007 foi apresentada e aprovada em todas as instâncias da Universidade uma nova matriz curricular do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História (Resolução nº 088/2007 – CONSUNI) que, entre outras coisas, previa o ingresso semestral. Essa proposta sofreria outras alterações posteriores consideradas de pequena abrangência, aprovadas pelas resoluções de nº 36/2009 e de nº 12/2010 - CONSEPE.

¹ Também foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-SC), por meio do Parecer 356 e da Resolução 144, de 21/10/2008. Oficializado pelo Decreto Estadual 2.035, de 18/12/2008, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 18/12/2008.

² O ProfHistória é um curso de pós-graduação *stricto sensu* em rede nacional voltado especificamente à qualificação docente para a Educação Básica. Surgiu como uma demanda da CAPES e MEC, por meio da Portaria CAPES nº 209/2011, que instituiu o Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (ProEB). Os ingressantes devem obrigatoriamente ser professores de História atuando em sala de aula.

A partir de outubro de 2011 o formato do curso teve que ser obrigatoriamente objeto de novo esforço de reformulação por parte do Departamento de História. Com vistas a cumprir a legislação e as determinações do CEE-SC, a UDESC publicou a Resolução nº 72/2011 (referendada pela Resolução nº 096/2011 - CONSUNI) que extinguiu a oferta da formação em Bacharelado e passou a denominar o Curso apenas como Licenciatura em História. Em decorrência dessa intervenção, foram construídos dois percursos curriculares distintos, um para licenciatura e outro para bacharelado, mas que compartilham a maior parte das disciplinas relacionadas ao conteúdo histórico, propriamente. O Curso de Licenciatura oferta 60 vagas, em duas entradas por ano, vespertino e noturno (Resolução nº 033/2013 - CONSUNI) e o Curso de Bacharelado oferta 20 vagas, em uma entrada anual (Resolução nº 056/2013 - CONSUNI).

Desde a implantação do Curso formaram-se 778 profissionais de História, sendo que até 1999 formaram-se somente licenciados em História, e daí em diante, licenciados e bacharéis em História, de acordo com a possibilidade de dupla habilitação permitida pela matriz então vigente. A partir de 2013, diante de nova reforma curricular, formaram-se bacharéis ou licenciados, conforme as opções ofertadas pelo Departamento, seguindo assim até o presente momento. Podemos afirmar que os egressos do Curso de História da UDESC são reconhecidos em outras instituições como profissionais capazes e com sólida formação acadêmica, haja vista as aprovações em programas de pós-graduação e em concursos públicos, bem como atuando em funções especializadas e em distintas redes de ensino, inclusive Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas.

A proposta de reformulação da matriz curricular do Curso de Licenciatura em História, e seu respectivo projeto pedagógico, objetiva cumprir as disposições da Resolução CNE/CP nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira. Ela foi construída conforme as instruções estabelecidas pela Resolução N° 007/2022 - CEG (UDESC). Na UDESC, a curricularização da extensão consiste na inclusão de créditos como atividades de extensão no currículo dos Cursos de graduação, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A realização de atividades curriculares de extensão torna-se um componente curricular obrigatório para todos os discentes dos cursos de graduação, devendo estar previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e compor, no mínimo, 10% da sua carga horária. É importante destacar que buscou-se contemplar demandas constatadas nos processos periódicos de Avaliação Institucional e autoavaliação³, realizados através de instrumentos institucionais e de reuniões de planejamento

³ Descritos nos itens 16 e 17 deste projeto.

coletivo, no âmbito do Departamento de História. A proposta apresentada segue paralela à do Curso de Bacharelado, de modo que ambos os cursos continuem com a maioria das disciplinas relativas ao conhecimento histórico, ministradas em conjunto.

Além de atender às normativas vigentes quanto à formação docente e à creditação curricular da extensão, a proposta também contempla os seguintes dispositivos regulamentares:

- **Resolução CNE/CES 13, de 13/03/2002**, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de História;
- **Resolução CNE/CP 2, de 20/12/2019**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
- **Resolução 015/2019 – CONSUNI, de 23/04/2019**, que institui e regulamenta a Política de Extensão universitária da UDESC;
- **Resolução 02/2022 – CEG** que Define as diretrizes para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura da UDESC;
- **Resolução 007/2022 – CEG** que estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da UDESC;
- **Resolução 015/2022 – CEG**, que aprova normas, no âmbito da UDESC, de medidas relativas ao Ensino de Graduação para elaboração de reforma ou ajuste curricular de projeto pedagógico de curso.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Objetivo geral

- ✓ Formar professores de História para a Educação Básica capazes de mobilizar ferramentas e estratégias em seu cotidiano de trabalho que tomem a História como campo plural e político, de inteligibilidade do presente em relação ao passado, capaz de construir alternativas de mudança para a sociedade; que dominem pressupostos epistemológicos diversos de construção do conhecimento histórico, bem como sua apropriação e divulgação em diferentes espaços e, especialmente, que compreendam as especificidades do conhecimento histórico no âmbito escolar e seu potencial formador e transformador das relações sociais.

3.2. Objetivos específicos

- ✓ Dominar as diferentes concepções epistemológicas e metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e construção do conhecimento histórico;
- ✓ Conhecer os pressupostos teóricos e metodológicos relacionados ao ensino de História na Educação Básica;
- ✓ Entender a especificidade do conhecimento histórico escolar;
- ✓ Conhecer o currículo proposto e saber construir propostas de ensino de História com base na valorização da diversidade étnica e cultural de nossa sociedade;
- ✓ Compreender as dinâmicas estabelecidas no processo de cognição de crianças e jovens, no ensino de História, na Educação Básica;
- ✓ Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- ✓ Conhecer as interpretações propostas por escolas historiográficas de diversos contextos geopolíticos, de modo a distinguir diferentes narrativas, metodologias e teorias;
- ✓ Transitar pelas fronteiras entre a História e a Educação, bem como outras áreas do conhecimento, sendo capaz de demarcar seus campos específicos e, sobretudo, de compreender e qualificar o que é próprio do conhecimento histórico;
- ✓ Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas especialmente nas escolas de Educação Básica;
- ✓ Compreender o ensino de História em perspectiva abrangente, visando o desenvolvimento do pensamento histórico crítico;
- ✓ Ser capaz de perceber e trabalhar com a pluralidade na Educação Básica, superando discriminações e desigualdades de quaisquer tipos, nesse espaço;
- ✓ Elaborar e executar projetos transdisciplinares e multidisciplinares;
- ✓ Usar tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores em variados suportes;
- ✓ Desenvolver hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

4. PERFIL DO EGRESO E ÂMBITO PROFISSIONAL

Segundo o documento Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, publicado em abril de 2010:

O Licenciado em História é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos ao Ensino de História. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da História, sobre seu desenvolvimento e suas relações com as diversas áreas; assim como sobre estratégias para a transposição do conhecimento histórico em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Ensino de História, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico (BRASIL, 2010, p.71).

A elaboração da presente proposta curricular para a formação de professores de História para a Educação Básica considerou como ponto de partida as demandas públicas por profissionais qualificados e as orientações do Ministério da Educação. Neste sentido, ressalta-se que os objetivos do curso – gerais e específicos – estão em consonância com os Referenciais, posto que preveem a formação de profissionais capazes de articular a produção do conhecimento histórico aos diferentes meios e processos de “didatização” desses saberes.

Cabe ainda mencionar que o curso igualmente alinha-se às pesquisas que enfatizam questões identitárias diversas como elemento fundamental para a formação de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para contemplar tais orientações foram propostas disciplinas que visam uma formação docente qualificada para o trabalho com diferentes tipos de documentos relacionados com a história local, o patrimônio cultural e as novas linguagens tecnológicas, de mídias e de comunicação. Tem-se ainda a preocupação de formar profissionais que compreendam as diferenças nas culturas juvenis, as quais incidem em interesses diversos dos estudantes nas etapas da Educação Básica em que atuarão.

As demandas em relação às políticas públicas voltadas para a diversidade étnico-cultural também são contempladas nesta proposta a partir da manutenção das disciplinas de História da África I e II e História Indígena, acompanhando as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 01/2004), assim como as Diretrizes Operacionais para Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica em decorrência da Lei n. 11645/2008 (Parecer CNE/CEB nº 14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015).

Consideram-se, igualmente, nas definições de competências específicas docentes, aquelas previstas pela Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, relacionadas a seguir:

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar (BRASIL, 2019, p.2).

Por último, destacamos a necessidade de que o licenciado em História seja capaz de refletir sobre a produção de conhecimento e as investigações especializadas da sua área de referência e as relate a outros campos de saber, visando assim um aprofundamento na leitura de mundo dos seus alunos. Deste modo, cabe ressaltar a preocupação da proposta em articular em diferentes eixos – Conteúdos Curriculares, Produção do Conhecimento Histórico, Conteúdos Didáticos-Práticos e Aprofundamento de estudos – um conjunto de disciplinas que possibilite ao profissional, durante seu processo de formação, o acesso a distintas discussões de ordem teórica, metodológica e epistemológica no âmbito da historiografia, conectando a produção científica às questões didáticas da História.

5. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO – DCN

A matriz curricular proposta foi construída a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica-BNC-Formação

(Resolução CNE/CP 2, de 20/12/2019). Os princípios, fundamentos e procedimentos relativos à formação docente foram observados na organização curricular, sobretudo aqueles apontados no Art. 2º da citada Resolução:

A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral (BRASIL, 2019, p.2).

Para tanto, a carga horária do Curso atende integralmente à Resolução CNE/CP 2, de 20/12/2019, que institui Duração e Carga Horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena e de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. O Art. 10 dessa resolução dispõe que o curso de licenciatura, na forma de graduação plena, será efetivado mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas. O Art. 11 dispõe que a articulação teoria-prática deve garantir, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora (BRASIL, 2019, p.6).

Em consonância com as resoluções CNE/CP nº 2 de 20 dezembro de 2019 e CEE/SC nº 2 de 29 de janeiro de 2021, a Câmara de Ensino de Graduação da UDESC publicou em 05 de abril de 2022 a Resolução nº 002/2022, que “define as diretrizes para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura da UDESC”. Esta resolução determina a carga horária e a distribuição da carga horária dos cursos de licenciatura da UDESC nos seguintes termos:

Art. 4º A matriz curricular dos cursos de Licenciatura da UDESC deverá ser composta de 3 (três) grupos, a saber:

Grupo I – Fundamentos Pedagógicos, que compreende 972 h/a;

Grupo II – Conteúdos Específicos, que compreende 1926 h/a;

Grupo III - Compreende a Prática Como Componente Curricular com 486 h/a e o Estágio Curricular Supervisionado com 486 h/a.

P. Único - A carga horária total dos cursos de licenciatura da UDESC será, obrigatoriamente, 3.870 h/a (UDESC, 2022).

De modo a atender tais orientações e ainda conforme a Resolução 015/2019 – CONSUNI, de 23/04/2019, que institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da UDESC, bem como a Resolução 007/2022 – CEG, que estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da UDESC, e a Resolução 015/2022 – CEG que "aprova normas, no âmbito da UDESC, de medidas relativas ao Ensino de Graduação para elaboração de reforma ou ajuste curricular de projeto pedagógico de curso" o currículo aqui proposto possui 3.870 horas/aula, assim distribuídas:

- a) 486 h/a de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do Curso;
- b) 486 h/a de prática curricular a partir da primeira fase do Curso;
- c) 1.926 h/a de conteúdos específicos;
- d) 972h/a de fundamentos pedagógicos.

Em conformidade com o que apregoam as referidas resoluções, a totalização da carga-horária acima descrita compreende:

- a) 558 h/a de atividades curriculares de extensão, distribuídas em disciplinas de caráter misto e unidades curriculares de extensão (UCEs);
- b) 180 de atividades complementares.

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de História concernentes à formação docente para a Educação Básica (Resolução CNE/CES 13 de 13/03/2002 e Parecer CNE/CES 492/2001) e os regramentos da curricularização da extensão forneceram os subsídios para a elaboração da presente proposta pedagógica. Atentou-se ao que dispõem tais regulamentos no que se refere: à carga horária do Curso, bem como ao perfil dos formandos na licenciatura; às competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas; à estrutura do curso e aos

critérios para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e optativas; aos conteúdos curriculares básicos e conteúdos complementares; ao formato dos estágios; e às características das atividades complementares e formas de avaliação.

A partir dos pressupostos legais reconhece-se hoje que um currículo não é apenas uma peça burocrática ou um simples inventário de disciplinas, mas uma construção cultural que expressa uma determinada concepção de mundo (e, neste caso, de História) e, especialmente, um perfil de profissionais que se pretende preparar. O currículo também é histórico, ou seja, é um produto de seu tempo. Por estar em constante mutação e elaboração, segundo Tomaz Tadeu da Silva (1996, p.76-78) não pode ser tomado como tendo sido “estabelecido, de uma vez por todas, em algum ponto privilegiado do passado”. Outro aspecto a ser considerado é que o currículo não é o “resultado de um processo evolutivo, de contínuo aperfeiçoamento em direção a formas melhores e mais adequadas”. O currículo não é constituído somente pelo aspecto prescritivo, pré-ativo, mas também pelo ativo, pelo vivido, praticado em sala de aula, nas relações e interações entre os sujeitos do processo educacional. O que ensinar e como ensinar muda de acordo com os interesses e as disputas de poder de cada contexto histórico, envolve selecionar valores, habilidades e saberes como mais significativos e importantes para serem reproduzidos para as crianças e os jovens entre uma gama variada e ilimitada de conhecimentos produzidos na sociedade.

Além disso, a inclusão ou exclusão de uma disciplina de um currículo também tem relação com os “problemas” sociais, ou seja, determinados temas passam a fazer parte do currículo a partir de demandas sociais. Neste sentido, o currículo proposto tem como função contribuir para a formação de futuros professores que saibam conviver com as diferenças existentes na vida social; que valorizem, exercitem e lutem para alargar os direitos de cidadania, a ética e a solidariedade; e finalmente que estejam capacitados para o exercício do ofício de historiador(a), o que pressupõe um efetivo domínio do conhecimento histórico e dos instrumentais essenciais para a sua produção e difusão na atualidade, associado a uma formação complementar e interdisciplinar em condições de vir a suprir demandas relativas ao seu campo de atuação, a Educação Básica, sem descuidar da possibilidade de atuar em outros espaços de ensino e aprendizagem.

5.1 Eixos do Currículo da Licenciatura em História da UDESC

A proposta pedagógica que se apresenta tem na docência o eixo articulador do currículo, com o intuito de possibilitar uma formação para o exercício do magistério organizada de forma

multidisciplinar, contextualizada e implicada com o cotidiano educacional complexo, multifacetado e contraditório do tempo presente. Com o objetivo de materializar esse desafio formativo, definimos a organização do currículo em quatro eixos, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

FIGURA 1 – Representação dos eixos e sua articulação



Fonte: Elaboração do NDE do Curso de História.

- a) O eixo “Conteúdos Curriculares” é composto por disciplinas obrigatórias que têm como objetivo precípuo subsidiar a prática docente a partir das diferentes bases epistemológicas que compõem o campo de estudos da formação docente inicial em História. Com esse eixo, buscamos auxiliar o futuro professor de História na compreensão do mundo atual em que a mercantilização atingiu a esfera cultural e em que as infinitas diversidades e as múltiplas identificações se viram achadas pela banalização das análises. Nesse contexto, insere-se a importância de estudar e refletir sobre as vertentes da historiografia contemporânea com competência (técnica) e clareza analítica, tendo por meta o entendimento de como o mundo/sociedade passou a ser como é hoje (HOBSBAWM, 1998). Neste eixo contemplam-se os grupos I, II e III da resolução 02/022 CEG.
- b) O eixo “Produção do Conhecimento Histórico” constitui-se de disciplinas teóricas relacionadas à produção do conhecimento em História e que privilegiam a formação teórica do professor, bem como o fortalecimento de seu capital cultural a partir da utilização de ferramentas variadas como as imagens, a literatura, a música, os impressos etc., as quais se manifestam na vida cotidiana. Neste eixo contempla-se o grupo II da

resolução 02/022 CEG.

- c) O eixo “Didático-Prático” possui um papel integrador no currículo. Nele estão inseridas disciplinas de caráter obrigatório relacionadas à prática docente em diferentes ambientes escolares e não escolares, objetivando formar professores capazes de refletir e construir alternativas para ação efetiva na vida cotidiana com as responsabilidades que envolvem o professor de história/ o historiador. Neste eixo contemplam-se os grupos I e III da resolução 02/022 CEG e incluem-se créditos de extensão e de atividades complementares.
- d) O eixo “Aprofundamento de Estudos” é composto pelas disciplinas optativas do currículo, as quais estão relacionadas com as áreas de pesquisa e excelência acadêmica do Curso de História da FAED-UDESC. Tais disciplinas são originárias dos grupos de pesquisa constituídos, dos núcleos e laboratórios existentes no Curso, bem como da articulação com o Programa de Pós-Graduação em História a partir de suas linhas de investigação. Além disso, esse eixo também é composto por “Atividades Complementares”, previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e pela curricularização da extensão. Neste eixo contemplam-se os grupos I e II da resolução 02/022 CEG.

No que concerne a distribuição dos componentes curriculares conforme os grupos previstos pela Resolução 02/2022 – CEG, apresentamos a seguinte estrutura:

Grupo I – Fundamentos Pedagógicos, que compreende 972 h/a, organizadas em:
468 horas em disciplinas/disciplinas mistas (26 créditos)

QUADRO 2 - GRUPO I

Disciplina/Disciplina Mista	Teórico	Extensão
Antropologia	4 créditos	
Ensino de História e suas linguagens I		3 créditos
Ensino de História e suas linguagens II		3 créditos
Didática	4 créditos	
Organização e Gestão	4 créditos	
Psicologia	4 créditos	
Libras	4 créditos	

504 horas em Atividades Complementares e Unidades Curriculares de Extensão (28 créditos), das quais:

- a) UCE: 396 horas (22 créditos)
- b) ACs: 108 horas (6 créditos)

Grupo II – Conteúdos Específicos, que compreende 1.926 h/a, organizadas em:

a) 1.854 horas em disciplinas/disciplinas mistas (103 créditos) das quais:

*100 créditos teóricos

*03 créditos de extensão (Patrimônio Cultural II)

b) ACs: 72 horas (04 créditos)

Grupo III - Compreende a Prática Como Componente Curricular com 486 h/a e o Estágio Curricular Supervisionado com 486 h/a, organizadas em:

486 horas em Estágio (27 créditos)

486 horas de PCC (27 créditos) em disciplinas:

QUADRO 3: GRUPO III

Ensino de História e suas Linguagens I	5 créditos
Ensino de História e suas Linguagens II	5 créditos
Imagem e Som I	4 créditos
Imagem e Som II	4 créditos
Patrimônio Cultural I	4 créditos
Patrimônio Cultural II	5 créditos

5.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História

Esta Proposta Pedagógica está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História que foram estabelecidas pela Resolução do CNE/CES 13, de 13 de março de 2002⁴.

- a) O perfil dos formandos de licenciatura está descrito no Perfil do Egresso (item 4);
- b) As competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas na licenciatura estão descritas nos objetivos geral e específicos do curso (itens 3.1 e 3.2) e no Perfil do Egresso (item 4);
- c) A estrutura do curso, bem como os critérios para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e optativas da licenciatura; os conteúdos curriculares básicos e conteúdos complementares estão descritos em Diretrizes Curriculares (itens 5 e 5.1) e Estrutura (Item 6);
- d) O formato dos estágios está descrito no item 11;
- e) As características das atividades complementares estão descritas no item 13;

⁴ Anexo neste documento, ao final.

- f) As formas de avaliação da aprendizagem estão descritas no item 16 e de avaliação e autoavaliação institucional no item 17;

6. ESTRUTURA CURRICULAR

Apresenta-se abaixo a Matriz Curricular vigente aprovada pela Resolução nº 033/2013 – CONSUNI de 04/07/2013, incluindo alterações de pequena monta provenientes de ajuste curricular aprovado pela Resolução nº 06/2017 - CONSEPE.

6.1 MATRIZ CURRICULAR VIGENTE:

QUADRO 4 - LICENCIATURA EM HISTÓRIA: Ingresso no primeiro semestre

FASE	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	C.H.	PRÉ-REQUISITO
1^a	Antropologia	04	72	- . . . -
	História Antiga	04	72	- . . . -
	História da América I	04	72	- . . . -
	Iniciação à Pesquisa Histórica	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens I	04	72	- . . . -
	TOTAL	20	360	
2^a	História da África I	04	72	- . . . -
	História de Santa Catarina I	04	72	- . . . -
	História do Brasil I	04	72	- . . . -
	História Medieval	04	72	- . . . -
	Teoria da História I	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens II	07	126	- . . . -
TOTAL		27	486	
3^a	História da África II	04	72	- . . . -
	História do Brasil II	04	72	- . . . -
	História Moderna I	04	72	- . . . -
	Didática da História	04	72	- . . . -
	Organização e Gestão da Escola	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Imagem e Som I (Áudio)	04	72	- . . . -
TOTAL		24	432	
	História de Santa Catarina II	04	72	- . . . -

	História do Brasil III	04	72	- . . . -
4 ^a	História Contemporânea I	04	72	- . . . -
	História Moderna II	04	72	- . . . -
	Teoria da História II	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Imagem e Som II (Vídeo)	04	72	- . . . -
	TOTAL	24	432	
5 ^a	História Contemporânea II	04	72	- . . . -
	História da América II	04	72	- . . . -
	História do Brasil IV	04	72	- . . . -
	Teoria da História III	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Patrimônio Cultural I	04	72	- . . . -
	TOTAL	20	360	
6 ^a	Estágio Curricular Supervisionado I	05	90	21 disciplinas de 4 créditos (1512 horas), incluindo Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I e II, Didática da História, Organização e Gestão da Escola, Prática Curricular: Imagem e Som I e II
	História Indígena	04	72	- . . . -
	Psicologia da Educação	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Patrimônio Cultural II	04	72	- . . . -
	Optativa I	04	72	- . . . -
	TOTAL	21	378	
7 ^a	Estágio Curricular Supervisionado II	10	180	Estágio Curricular Supervisionado I
	LIBRAS	04	72	- . . . -
	Optativa II	04	72	- . . . -
	Optativa III	04	72	- . . . -
	TOTAL	22	396	
8 ^a	Estágio Curricular Supervisionado III	12	216	Estágio Curricular Supervisionado I
	Optativa IV	04	72	- . . . -
	TOTAL	16	288	

1^a a 8^a	Atividades Complementares	15	270	- . . . -
	TOTAL	15	270	
	TOTAL DO CURSO	189	3.402	

QUADRO 5 - LICENCIATURA EM HISTÓRIA: Ingresso no segundo semestre

FASE	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	C.H.	PRÉ-REQUISITO
1^a	Antropologia	04	72	- . . . -
	História Antiga	04	72	- . . . -
	História da América I	04	72	- . . . -
	Iniciação à Pesquisa Histórica	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens I	04	72	- . . . -
	TOTAL	20	360	
2^a	História da África I	04	72	- . . . -
	História de Santa Catarina I	04	72	- . . . -
	História do Brasil I	04	72	- . . . -
	História Medieval	04	72	- . . . -
	Teoria da História I	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens II	07	126	- . . . -
	TOTAL	27	486	
3^a	História da África II	04	72	- . . . -
	História do Brasil II	04	72	- . . . -
	História Moderna I	04	72	- . . . -
	Didática da História	04	72	- . . . -
	Organização e Gestão da Escola	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Imagem e Som I (Áudio)	04	72	- . . . -
	TOTAL	24	432	
4^a	História de Santa Catarina II	04	72	- . . . -
	História do Brasil III	04	72	- . . . -
	História Contemporânea I	04	72	- . . . -
	História Moderna II	04	72	- . . . -
	Teoria da História II	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Imagem e Som II (Vídeo)	04	72	- . . . -
	TOTAL	24	432	

5^a	História Contemporânea II	04	72	- . . . -
	História da América II	04	72	- . . . -
	História do Brasil IV	04	72	- . . . -
	Teoria da História III	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Patrimônio Cultural I	04	72	- . . . -
	Estágio Curricular Supervisionado I	05	90	21 disciplinas de 4 créditos (1512 horas), incluindo Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I e II, Didática da História, Organização e Gestão da Escola, Prática Curricular: Imagem e Som I e II
TOTAL		25	450	
6^a	Estágio Curricular Supervisionado II	10	180	Estágio Curricular Supervisionado I
	História Indígena	04	72	- . . . -
	Psicologia da Educação	04	72	- . . . -
	Prática Curricular: Patrimônio Cultural II	04	72	- . . . -
	Optativa I	04	72	- . . . -
TOTAL		26	468	
7^a	Estágio Curricular Supervisionado III	12	216	Estágio Curricular Supervisionado II
	LIBRAS	04	72	- . . . -
TOTAL		16	288	
8^a	Optativa II	04	72	- . . . -
	Optativa III	04	72	- . . . -
	Optativa IV	04	72	- . . . -
TOTAL		12	216	
1^a a 8^a	Atividades Complementares	15	270	- . . . -
TOTAL		15	270	
TOTAL DO CURSO		189	3.402	

6.1.1: QUADRO 6: Resumo da carga horária do curso vigente

Distribuição da matriz		Créditos	Carga horária	Percentuais
Total em disciplinas obrigatórias		131	2358	69,31%
Total em disciplinas obrigatórias EaD(se for o caso)		-	-	-
Total em disciplinas optativas (se for o caso)		16	288	8.5%
Total em disciplinas optativas EaD (se for o caso)		-	-	-
Total em disciplinas eletivas (se for o caso)		-	-	-
Total em disciplinas eletivas EaD (se for o caso)		-	-	-
Trabalho de Conclusão de Curso (se for o caso)		-	-	-
Estágio Curricular Supervisionado (se for o caso)		27	486	14,28%
Atividades Complementares		15	270	7,93%
Atividades Curriculares de Extensão	Disciplinas Mistas	-	-	-
	UCE – Atividades Extensionistas	-	-	-
Total Geral		189	3402	100

7. MATRIZ CURRICULAR

7.1 MATRIZ PROPOSTA PARA O CURSO DE LICENCIATURA

QUADRO 7: INGRESSO NO PRIMEIRO SEMESTRE (NOTURNO – 20 VAGAS)⁵

Fase	Disciplina	Créditos					Nº de turmas	CH	Pré-requisito	Eixos/Núcleos	Área
		TE	PR	PCC	EX	TO*					
1 ^a	Antropologia	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares
	História Antiga	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares
	História da América I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares
	Introdução à Pesquisa Histórica	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares
	Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens I	-	-	05	03	08	-	01	144	-	Didático-prático
Subtotal		16	-	05	03	24	04	01	432		
2 ^a	História da África I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares
	História de Santa Catarina I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares
	História do Brasil I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos

⁵ Com o objetivo de manter a atual estrutura física (salas, laboratórios etc.) e pessoal (professores e técnicos) o Curso optou em dividir o número de vagas entre Licenciatura e Bacharelado no ingresso do primeiro semestre e manter as 40 vagas no ingresso do segundo semestre.

										curriculares	HUMANAS	
História Medieval	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS	
Teoria da História I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Produção de conhecimento histórico	CIÊNCIAS HUMANAS	
Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens II	-	-	05	03	08	-	01	144	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS	
Subtotal	20	-	05	03	28	05	01	504				
3 ^a	História da África II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História do Brasil II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Moderna I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Didática da História	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
	Organização e Gestão da Escola	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Imagem e Som I (Áudio)	-	-	04	-	04	-	01	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	20	-	04	-	24	05	01	432				
4 ^a	História de Santa Catarina II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História do Brasil III	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Contemporânea I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Moderna II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Teoria da História II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Produção de conhecimento histórico	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Imagem e Som II (Vídeo)	-	-	04	-	04	-	01	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	20	-	04	-	24	05	01	432				
5 ^a	História Contemporânea II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História da América II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História do Brasil IV	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Teoria da História III	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Produção de conhecimento histórico	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Patrimônio Cultural I	-	-	04	-	04	-	01	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	16	-	04	-	20	04	01	360				
6 ^a	Estágio Curricular Supervisionado I	-	-	05	-	05	-	01	90	Ter concluído 1512 horas do curso, dentre as quais são obrigatórias as	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS

									disciplinas de Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I e II, Didática da História, Organização e Gestão da Escola, Prática Curricular: Imagem e Som I e II. ⁶		
História Indígena	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Psicologia da Educação	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
Prática Curricular: Patrimônio Cultural II	-	-	05	03	08	-	01	144	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Optativa I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	12	-	10	03	25	03	02	450			
7 ^a	Estágio Curricular supervisionado II	-	-	10	-	10	-	01	180	Estágio Curricular Supervisionado I	Didático-prático
Língua Brasileira de Sinais - Libras	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Optativa II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
Optativa III	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	12	-	10		22	03	01	396			
8 ^a	Estágio Curricular supervisionado III	-	-	12	-	12	-	01	216	Estágio Curricular Supervisionado II	Didático-prático
Optativa IV	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	04	-	12	-	16	01	01	288			
Subtotal geral	120	-	54	09	183	30	09	3294			
1 ^a a 8 ^a	Atividades Complementares	-	-	-	-	10	-	-	*		Aprofundamento de Estudos
1 ^a a 8 ^a	Unidades Curriculares de Extensão	-	-	-	-	22	-	-	**		Aprofundamento de Estudos
TOTAL	120	-	54	31	215	30	09	3870			

Legenda: CH – carga horária; TE – teórico; PR – prático; PCC- Prática como componente curricular; EX – extensão; TO – total

*Não conta como carga horária de docente por disciplina

**Não conta como carga horária de ensino docente por disciplina

⁶ Cumprindo 1512 horas do curso, e, dentre essas horas, constando as disciplinas de Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I e II, Didática da História, Organização e Gestão da Escola, Prática Curricular: Imagem e Som I e II ele está apto a se matricular em Estágio Curricular Supervisionado I. A opção pela exigência de carga horária e não em nomear todas as disciplinas que seriam pré-requisito é deixar o percurso curricular mais flexível para o estudante, sem perder de vista o objetivo de garantir que o estudante inicie o Estágio nas escolas com maior vivência no Curso, principalmente em seus principais pressupostos formativos à docência.

QUADRO 8: INGRESSO NO SEGUNDO SEMESTRE (VESPERTINO – 40 VAGAS)

Fase	Disciplina	Créditos					Nº de turmas		CH	Pré-requisito	Eixos/Núcleos	Área de conhecimento
		TE	PR	PCC	EX	TO*	TE	PR				
1 ^a	Antropologia	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Antiga	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História da América I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Introdução à Pesquisa Histórica	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens I	-	-	05	03	08	-	01	144	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal		16	-	05	03	24	04	01	432			
2 ^a	História da África I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História de Santa Catarina I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História do Brasil I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Medieval	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Teoria da História I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Produção de conhecimento histórico	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens II	-	-	05	03	08	-	01	144	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal		20		05	03	28	05	01	504			
3 ^a	História da África II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História do Brasil II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Moderna I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Didática da História	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
	Organização e Gestão da Escola	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Imagem e Som I (Áudio)	-	-	04	-	04	-	01	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal		20	04	04	-	24	05	01	432			
4 ^a	História de Santa Catarina II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História do Brasil III	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Contemporânea I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Moderna II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS

	Teoria da História II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Produção de conhecimento histórico	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Imagem e Som II (Vídeo)	-	-	04	-	04	-	01	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Subtotal	20	-	04	-	24	05	01	432			
5^a	História Contemporânea II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História da América II	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	História do Brasil IV	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Teoria da História III	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Produção de conhecimento histórico	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Patrimônio Cultural I	-	-	04	-	04	-	01	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Estágio Curricular Supervisionado I	-	-	05	-	05	-	01	90	Ter concluído 1512 horas do curso, dentre as quais são obrigatórias as disciplinas de Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I e II, Didática da História, Organização e Gestão da Escola, Prática Curricular: Imagem e Som I e II. ⁷	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
	Subtotal	16	-	09	-	25	04	02	450			
6^a	Estágio Curricular supervisionado II	-	-	10	-	10	-	01	180	Estágio Curricular Supervisionado I	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
	História Indígena	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Psicologia da Educação	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS
	Prática Curricular: Patrimônio Cultural II	-	-	05	03	08	-	01	144	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
	Optativa I	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
	Subtotal	12	-	15	03	30	03	02	540			
7^a	Estágio Curricular supervisionado III	-	-	12	-	12	-	01	216	Estágio Curricular Supervisionado II	Didático-prático	CIÊNCIAS HUMANAS

⁷ Cumprindo 1512 horas do curso, e, dentre essas horas, constando as disciplinas de Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I e II, Didática da História, Organização e Gestão da Escola, Prática Curricular: Imagem e Som I e II ele está apto a se matricular em Estágio Curricular Supervisionado I. A opção pela exigência de carga horária e não em nomear todas as disciplinas que seriam pré-requisito é deixar o percurso curricular mais flexível para o estudante, sem perder de vista o objetivo de garantir que o estudante inicie o Estágio nas escolas com maior vivência no Curso, principalmente em seus principais pressupostos formativos à docência.

Língua Brasileira de Sinais - Libras	04	-	-	-	04	01	-	72	-	Conteúdos curriculares	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	04	-	12	-	16	01	01	288			
8 ^a	Optativa II	04	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
	Optativa III	04	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
	Optativa IV	04	-	-	04	01	-	72	-	Aprofundamento de Estudos	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal	12	-	-	-	12	03	-	216			
Subtotal geral	120	-	54	09	183	30	09	3294			
1 ^a a 8 ^a Atividades Complementares	-	-	-	-	10	-	-	-	*	Aprofundamento de Estudos	
1 ^a a 8 ^a Unidades Curriculares de Extensão	-	-	-	22	22	-	-	-	**	Aprofundamento de Estudos	
TOTAL	120	-	54	31	215	30	09	3870			

Legenda: CH – carga horária; TE - teórico; PR - prático; PCC- Prática como componente curricular; EX - extensão; TO – total

*Não conta como carga horária de docente por disciplina

**Não conta como carga horária de ensino docente por disciplina

7.2 QUADRO 9: DISCRIMINAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DE DOCENTE E DISCENTE PARA CURSOS DE LICENCIATURA

Discriminação da carga horária	Total
*Carga horária total do curso para discente	3.870
**Total da carga horária docente por disciplina	3.294

7.3 QUADRO 10: RESUMO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO E DISCRIMINAÇÃO DA CARGA HORÁRIA EM PERCENTUAIS NA MATRIZ CURRICULAR PARA CURSOS DE LICENCIATURA

Distribuição da matriz curricular	Créditos	Carga Horária	Percentuais
Total em Componentes Curriculares	104	1.872	48,37%
Total em Componentes Curriculares em EaD (se for o caso)	-	-	-
Total em Componentes Curriculares Optativos	16	288	7,44%
Total em Componentes Curriculares Optativos em EaD (se for o caso)	-	-	-
Total em Disciplinas Eletivas (se for o caso)	-	-	-
Total em Componentes Curriculares Eletivos EaD (se for o caso)	-	-	-
Trabalho de Conclusão de Curso (se for o caso)	-	-	-
Prática como Componente Curricular	27	486	12,56%
Estágio Curricular Supervisionado	27	486	12,56%
Atividades Complementares (percentual a ser definido pelo curso)	10	180	4,65%

Atividades Curriculares de Extensão	Disciplinas Mistas	09	162	4,19%
	UCE – Atividades Extensionistas	22	396	10,23%
Total Geral		215	3870	100%

QUADRO 11: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA - RESOLUÇÃO 02/2022 CEG

Distribuição da Matriz Curricular	CH exigida pela Resolução 02/2022 CEG	Créditos	CH atribuída as disciplinas	CH atribuída as horas complementares	CH atribuída as atividades curriculares de extensão
Grupo I	972h/a de fundamentos pedagógicos	54	360	108	504
Grupo II	1.926 h/a de conteúdos específicos	107	1800	72	54
Grupo IIIa	486 h/a de Estágio Curricular Supervisionado	27	486	0	-
Grupo IIIb	486 h/a de prática como componente curricular	27	486	0	-
Total:		215	3132	180	558
Total Geral:				3870	

OBS: Na coluna “CH atribuída as atividades curriculares de extensão” constam as horas de **Disciplinas mistas** e de **UCEs**.

Na coluna “CH atribuída as disciplinas” constam apenas as teóricas

7.4 IMPACTO DOCENTE PARA CURSOS DE LICENCIATURA

O estudo do impacto docente na base proposta refere-se apenas ao número de professores para prover a necessidade para implantação do PPC. Não se prevê carga horária administrativa, afastamentos, licenças, pós-graduação e demais situações que impactam a carga horária docente. Tal estudo é fundamental como base para análises posteriores.

QUADRO 12: IMPACTO DOCENTE

CENTRO	CURSO/ DEPARTA MENTO	RESOLUÇÃO de aprovação	ENTRADA (semestral ou anual)	Carga Horária TOTAL CURSO	Carga Horaria DOCENTE	Nº de docentes	Nº DOCENTE S EFETIVOS LOTADOS POR DEPTO **	DIFERENÇA a contratar (se for o caso) ***
FAED	História	Resolução 33/2013	semestral	3.780	3.294	15,25	17	--

Observação: Para cursos de licenciatura e cursos na área da saúde: Para cálculo de impacto docente temos - carga horária do curso, excluídos do cálculo as horas destinadas às Atividades Complementares, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e as UCES – da curricularização da extensão, pois estas não impactam em encargos docentes no PPC, dividido por 12 horas/ensino, dividido pelo valor do crédito - que é 18.

8. EMENTÁRIO

QUADRO 13: EMENTÁRIO POR FASE

1ª Fase	
Antropologia	<p>Ementa: O conceito antropológico de cultura. Cultura e política. Etnocentrismo e relativização. Etnografia, identidade, etnia e gênero, organização social. Antropologia e História.</p> <p>Bibliografia básica: DA MATTIA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa, São Paulo, Ed. Vozes, 2003. LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1986 ..</p> <p>Bibliografia complementar: BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006. FRAZER, James - O ramo de ouro. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1982. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2007. MAUSS, Marcel - "Sociologia e Antropologia". São Paulo, Coasc Naify, 2003 MORGAN, Lewis - A sociedade primitiva. São Paulo, Martins Fontes/Editorial Presença, 1974</p>
História Antiga	<p>Ementa: Estudos sobre as formas sócio-históricas instituídas na Antiguidade. Pré-história e Antiguidade: periodizações e conceitos. Usos do passado, a construção da historiografia sobre a Antiguidade, o Orientalismo e o Eurocentrismo. Arqueologia e documentação para o estudo das sociedades antigas. Historiografia antiga. Antiguidade e Imperialismo. Sociedades antigas: cidadania, direitos e populações subalternizadas. Aspectos sobre a vida pública, a vida privada e o cotidiano na Antiguidade.</p> <p>Bibliografia Básica FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p.81-110. GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga. São Paulo: Contexto, 2017. LIVERANI, Mario. Antigo Oriente. História, sociedade, economia. São Paulo: EDUSP, 2016.</p> <p>Bibliografia Complementar FRANKOPAN, Peter. O coração do mundo. Uma história universal a partir da Rota da Seda. São Paulo: Editora Crítica, 2019. GOSDEN, Chris. Pré-História. Porto Alegre: L&PM, 2012. MOMIGLIANO, A. As raízes da historiografia moderna. Bauru: Edusc, 2004.</p>

	JOLY, Fabio Duarte (Organizador). História e retórica: ensaios sobre a historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007. MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. Sociedade e cultura na África Romana. Oito ensaios e duas traduções. São Paulo: Intermeios, 2020.
História da América I	Ementa: Sociedades pré-colombianas. A conquista: confronto e choque de culturas. América colonial: sociedade, economia, cultura. Exploração da mão-de-obra indígena e africana: resistências e conflitos. A América do Norte colonial. Bibliografia básica: GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. NATALINO, Eduardo. Deuses no México indígena. São Paulo: Palas Athena, 2002. FAVRE, Henri. A civilização Inca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do Outro. São Paulo, Martins Fontes, 1983. Bibliografia complementar: CARDOSO, Ciro Flamarión S. América pré-colombiana. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. Contexto, 2007. FAVRE, Henri. A civilização Inca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: MORGAN, Edmund. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. In: Revista de Estudos Avançados, 14 (38), 2000 QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. Perú Indígena, 13(29), 1992.
Iniciação à Pesquisa Histórica	Ementa: A história como campo disciplinar. História, historiografia e historicidade. História e temporalidades. O estatuto da fonte na produção do conhecimento histórico. Conceitos históricos básicos: documento/monumento, verdade, método, evidência, objetividade e subjetividade. O ofício do historiador na contemporaneidade. O historiador e seus públicos. Bibliografia Básica BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício do historiador. 1a edição. Zahar Ed., 2001. PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008. REIS, José Carlos. História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. Bibliografia Complementar ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. História: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007. RÜSEN, Jörn. Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: [1975], 1982. CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.
Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens I	Ementa: Reflexões iniciais acerca da realidade escolar brasileira. Usos, construção e/ou reelaboração materiais didáticos com diferentes linguagens para o ensino de História na Educação Básica. Exercício da docência no cotidiano da Educação Básica em geral e do professor de História em especial. Primeiro contato com demandas públicas educacionais. Articulação teórico-prática com o contexto escolar da Educação Básica. Planejamento e desenvolvimento de atividades de extensão. Bibliografia básica: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. FONSECA, Selva Guimarães. Fazer e ensinar história. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. NUSSBAUM, Martha Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

	<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projecto à avaliação. _____ (Org.) Para uma educação histórica de qualidade. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2004, p.131-144.</p> <p>CATELLI JÚNIOR, Roberto. Temas e linguagens da História: ferramentas para a sala de aula no ensino médio. São Paulo: Scipione, 2009.</p> <p>CERRI, Luis Fernando. Recortes e organizações de conteúdos históricos para a Educação Básica. Antíteses, vol. 2, n. 3, p. 131-152, jan.-jun. de 2009.</p> <p>SILVA, Marcos RAMOS; Alcides Freire (org.). Ver História: O Ensino Vai aos Filmes. São Paulo: HUCITEC, 2011.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (org.). Aprender História: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009.</p>
2ª Fase	
História da África I	<p>Ementa:</p> <p>História e historiografia da África: fontes, métodos e narrativas. Os estudos africanos e os desafios e possibilidades no ensino e na pesquisa. Racialização, etnização e invenção da África. Mito, ancestralidade, território, tempo, história e tradições orais. Antigas sociedades africanas: organizações econômicas, políticas e sociais. Dinâmicas do cativeiro em África e a escravidão moderna.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>MACEDO, José Rivair. Antigas sociedades da África Negra. São Paulo: Editora Contexto, 2021.</p> <p>M'BOKOLO, Elikia. África negra. História e civilizações. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.</p> <p>KI-ZERBO (coord.). História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (orgs). No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.</p> <p>APPIAH, Kwame A. A Casa de Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.</p> <p>MBEMBE, Achille. Formas africanas de auto-inscrição. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, Nº 1, 2001, p.171-209.</p> <p>MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da escravidão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.</p>
História de Santa Catarina I	<p>Ementa:</p> <p>Santa Catarina: discussões historiográficas. Os “melhores gentios da costa”: o litoral dos Patos. Os vicentistas e os “negros da terra”: relações distintas com o mundo natural. As fundações litorâneas: no caminho do Prata. Açorianos e construção da memória: viajantes, fortalezas e territorialidade. Diversidade e expansão: tropeiros, escravidão e imigração europeia. Modernizações e permanências: relações de poder ao final do século XIX.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>BRANCHER, Ana & AREND, Silvia M. F.. História de Santa Catarina: séculos XVI e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.</p> <p>PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1998.</p> <p>SEYFERTH, Girilda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1990.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>FERREIRA, Cristina (org.). Visões do vale: perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000.</p> <p>FLORES, Maria Bernadete Ramos. A farra do boi: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1998.</p> <p>MAMIGONIAN, Beatriz, Gallotti (org.). História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.</p> <p>ROSSATO, Luciana. A Lupa e o Diário. História natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.</p>

	WITTMAN, Luisa T. O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1826). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.
História do Brasil I	<p>Ementa: Populações indígenas: arqueologia e história pré-colonial. Império Português: expansão ultramarina e comercial. O contato entre grupos sociais: relações interétnicas e evangelização. Processo de colonização: conflitos e negociações. Sociedade escravista: economia e relações de poder. A crise do sistema colonial e o processo de Independência.</p> <p>Bibliografia básica: BOXER, Charles. O Império marítimo português (1415- 1825). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. SCWARTZ, Stuart. Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. MONTEIRO, John. Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.</p> <p>Bibliografia complementar: ALENCASTRO, Luis Felipe. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. LARA, Silvia Hunold. Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. MELLO E SOUZA, Laura de (org.). História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1971. VAINFAS, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.</p>
História Medieval	<p>Ementa: Estudos sobre as populações europeias, africanas e asiáticas durante o período medieval, destacando a diversidade e interação entre suas formações sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais. O repertório documental para o estudo da Idade Média. A consolidação das instituições cristãs na Idade Média. Ascensão e consolidação do Islã no Norte da África e na Europa. Bizâncio e o Oriente. Gêneros narrativos na Idade Média: historiografia e hagiografias. O trabalho e a economia na Idade Média. A fabricação da Idade Média pelos nacionalismos modernos. Usos políticos do passado medieval.</p> <p>Bibliografia Básica: GEARY, Patrick. O mito das nações. A invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad, 2005. SILVA, Marcelo Cândido. História Medieval. São Paulo: Editora Contexto, 2019. WICKHAM, Chris. O Legado de Roma. Iluminando a Idade das Trevas (400-1000). Campinas/são Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2019.</p> <p>Bibliografia complementar BARTHÉLEMY, Dominique. A cavalaria. Da Germânia Antiga à França do Século XII. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. BISSIO, Beatriz. O mundo falava árabe. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. FAUVELLE, François-Xavier. O Rinoceronte de Ouro. Histórias da Idade Média Africana. São Paulo: EDUSP, 2019. FLORI, Jean. Guerra Santa. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. FRANKOPAN, Peter. O coração do mundo. Uma história universal a partir da Rota da Seda. São Paulo: Editora Crítica, 2019.</p>
Teoria História I	<p>Ementa: O conceito de história, seus significados e suas historicidades. Consciência histórica na modernidade ocidental. Filosofias da história e pensamento historicista. Funções éticas e políticas da historiografia moderna. História, memória e identidade. Variedades do pensamento histórico em contextos não europeus.</p> <p>Bibliografia básica: ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Perspectiva, 1980. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto 2006.</p>

	<p>MARTINS, Estevão de Rezende (org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2021.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>HARTOG, François. O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.</p> <p>GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Lembrar, escrever, esquecer. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.</p> <p>MALERBA, Jurandir (org.). Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.</p> <p>PECORARO, Rossano. Filosofia da história. Rio de Janeiro: Zahar, 2009</p> <p>VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena; MATA, Sérgio; ARAUJO, Valdei (orgs.). A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.</p>
Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens II	<p>Ementa:</p> <p>Aprofundamento da construção e/ou reelaboração de materiais didáticos com diferentes linguagens para o ensino de História na Educação Básica. Desenvolvimento de um projeto de materiais inovadores em grupo. Exercício da docência no cotidiano da Educação Básica. Articulação teórico-prática com o contexto escolar da Educação Básica. Planejamento e desenvolvimento de atividades de extensão.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães (org.) Ensinar e Aprender História: formação, saberes e práticas educativas. Campinas/SC: Alinea, 2009.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene (orgs.). Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio (org.). Perspectivas do ensino de História: Ensino, cidadania e consciência histórica. Uberlândia: EDUFU, 2011.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BITTENCOURT, Circe. Livro didático e a construção do saber escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 2008,</p> <p>FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. Como usar a televisão na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.</p>
3ª Fase	
História África II da	<p>Ementa:</p> <p>O colonialismo: modelos administrativos, práticas coloniais, grupos sociais, negociações, conflitos, poder e resistências. Movimentos anticolonialistas: Pan-Africanismo e Negritude. Descolonização e construção do Estado Nação: associativismos, nacionalismos e independências. Unidade Africana. Afropolitanismo e os desafios da África no tempo presente.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>CESAIRE, Aimée. Discurso sobre o colonialismo. Porto: Poveira, 1971.</p> <p>FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. 1ª reimpressão. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.</p> <p>M'BOKOLO, Elikia. África Negra. História e civilizações. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II. Salvador: UFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>MBEMBE, Achille. Sair da grande noite: ensaios sobre a África descolonizada. Angola: Edições Mulemba; Portugal: Edições Pedago, 2014.</p> <p>MUDIMBE, V.Y. A invenção da África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Angola: Edições Mulemba; Portugal: Edições Pedago, 2013.</p> <p>SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). Malhas que os Impérios Tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70.</p> <p>BOAHEN, A ADU (Coord.). História Geral da África. A África sob dominação colonial. Volume VII. São Paulo: Ática /UNESCO, 1991.</p> <p>MAMA, Amina; OGUNDIPE, Molara; ALLOO, Fatma; MEER, Fatima; IMAM, Ayesha; JUSU-Sheriff, Yasmin; MUKAGASANA, Yolande; TRAORÉ, Aminata; BUGUL, Ken; DJEBAR; Assia; y</p>

	DANGAREMGBA; Tsitsi. Africana . Aportaciones para la descolonización del feminismo. Barcelona: Editora oozebap, 2013.
História Brasil II do	<p>Ementa:</p> <p>A construção do Estado: Liberalismos, Monarquia constitucional e Escravidão. Movimentos Sociais: revoltas provinciais e historiografia. Economia: Mercado externo/interno e mão-de-obra. Política externa do Império brasileiro. Construindo a nação: a invenção da literatura brasileira. A instituição da República: abolicionismos; perspectivas sócio-políticas republicanas; ordenamento do Estado republicano.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.) História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: Relume-Dumara, 1996.</p> <p>NEVES, Lúcia M. B. P. Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.</p> <p>MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p> <p>MALERBA, Jurandir. A corte no exílio e o poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Cia das Letras, 2000.</p> <p>MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.</p>
História Moderna I	<p>Ementa:</p> <p>Sociedade e Cultura na passagem do medievo aos tempos modernos. O Renascimento. A Formação do Estado Nacional e o absolutismo. Expansão ultramarina, os sistemas coloniais e o mercantilismo. As reformas religiosas. O liberalismo e o Estado Nacional. Cultura Popular no período moderno. O Barroco e o Neoclássico.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.</p> <p>ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>GRUZINSKI, Serge. A passagem do século: 1480-1520. As origens da globalização. São Paulo: Cia das Letras, 1999.</p> <p>FERRO, Marc. História das colonizações. São Paulo: Cia das Letras, 1999.</p> <p>BURCKHARDT, Jacob. A cultura do renascimento na Itália. São Paulo: Companhias Letras, 1991.</p> <p>FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente. In: Lua Nova, n° 17, São Paulo, 2007.</p> <p>SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p>
Didática História da	<p>Ementa:</p> <p>História do ensino de História. Aspectos teóricos e metodológicos relacionados ao ensino de história. Didática da História a partir das vertentes alemã e francesa; Consciência histórica; Processos de ensino e aprendizagem sob diferentes perspectivas.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. Dossiê História em Quadro-Negro: escola, ensino e aprendizagem. Revista Brasileira de História. São Paulo: vol.9, n.19, p. 29-42, set.1989/fev.1990.</p> <p>RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis</p>

	<p>Educativa, Ponta Grossa, vol. 1, n° 2, p. 07-16, jul.-dez. 2006.</p> <p>MONIOT, Henri. Didática da História. In: BURGUIÈRE, André (Org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.225-228.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História e Ensino de História. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</p> <p>CARDOSO, Oldimar Pontes. A Didática da História e o slogan da formação de cidadãos. 249 f. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, USP, São Paulo.</p> <p>GONÇALVES, Márcia de Almeida (et alli). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (org). Aprender História: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009.</p> <p>TUTIAUX-GUILLOU, Nicole. O Paradoxo Francês: cultura histórica significativa e didática da história incerta. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 15-37. jan./abr., 2011.</p>
Organização e Gestão da Escola	<p>Ementa:</p> <p>Estado, Sociedade, Política e Educação; Políticas Educacionais na América Latina e no Brasil. Cultura e Clima organizacional. Gestão, Planejamento e Avaliação da Educação.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>DUARTE, Julyana Dias. Políticas educacionais no Brasil: estado e relações de poder nas configurações das reformas de ensino. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Alfenas/MG, 2021.</p> <p>FARENZENA, Nalu. Organização da educação nacional. Porto Alegre, FACED, UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7124130/a-Nalu-Organizacaoeducacaoanacional></p> <p>SILVA, Américo Junior Nunes (org.) Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 7. Ponta Grossa/PR: Atena, 2021.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRASIL, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lde.pdf> .</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção I – Da Educação, 1988. Artigos 205 a 214. Disponível em: <http://paraiso.etfto.gov.br/admin/upload/docs_upload/legisla01_constituicao.pdf>. Acesso em 25.set.2010.</p> <p>GARCIA, Luciane Terra dos Santos; FREITAS, Alessandra Cardoso de (Org.). Gestão educacional democrática: avaliação e práticas. Natal, RN: EDUFRN,2016.</p> <p>OLIVEIRA, João Ferreira de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Política e gestão da educação básica II - Série Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, [Livro Eletrônico]. Brasília: ANPAE, 2019.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Estrutura da escola e prática educacional democrática. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunoes/30ra/trabalhos/GT05-2780-Int.pdf>.</p>
Prática Curricular: Imagem e Som I (Áudio)	<p>Ementa:</p> <p>Estudo sobre a cultura sonora, oralidade mediatizada e recursos utilizados nas mídias contemporâneas. Construção narrativa e relações entre a literatura e a imaginação histórica. História do tempo presente, a história oral e tradição da oralidade. A história pública, a difusão do conhecimento histórico e o uso das mídias e recursos em áudio nas plataformas e portais digitais. Propostas de produção sonora e desenvolvimento de roteiro, captação de áudio e edição. Articulação teórico-prática com o contexto escolar da Educação Básica.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007</p> <p>ALMEIDA, Tereza Virginia de. Escrita, voz e política na era digital. ArtCultura, Uberlândia, v. 16, n. 28, p. 161-174, jan-jun. 2014.</p> <p>BENJAMIN, Walter. A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2015.</p> <p>Bibliografia complementar:</p>

	<p>CHION, Michel. A audiovisão. Som e imagem no cinema. (3ª.ed.) Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2016.</p> <p>LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.</p> <p>SCHAFER, Murray. A afinação do mundo. Uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. 2ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.</p> <p>NAPOLITANO, M. História e música. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, M. R.; MUCELIN, P. C.. Os blogs sob o olhar do historiador. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. (Org.). Possibilidades de pesquisa em História. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017, v. 1, p. 223-242.</p>
4ª Fase	
História de Santa Catarina II	<p>Ementa:</p> <p>A transição para a República e a Revolução Federalista. Urbanização, modernização e tensões sociais. A industrialização e os trabalhadores. A Guerra do Contestado. A Revolução de 1930, integralismo e nacionalização. Redemocratização, transformações econômicas e inovações culturais. O golpe de 1964, a repressão e a abertura política. Novas identidades culturais.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>BRANCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.</p> <p>BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). Histórias na Ditadura. Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.</p> <p>MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>ARENDE, Silvia M. F. Histórias de Abandono: Infância e Justiça no Brasil (década de 1930). 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.</p> <p>FALCÃO, Luiz Felipe. Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Univali, 2000.</p> <p>FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.</p> <p>GONÇALVES, Janice. Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina. 1. ed. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016.</p> <p>LOHN, Reinaldo Lindolfo. Artifícies do futuro: Cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980). 1. ed. Florianópolis: Insular, 2016.</p>
História Brasil III	<p>Ementa:</p> <p>A cafeicultura, o mercado externo/interno e a mão-de-obra. Movimentos sociais rurais e urbanos: Canudos e Revolta da Vacina. Revoluções de 1930: crises e projetos. A economia: agricultura, indústria e relações internacionais. Estado Novo: historiografia e cultura política. Sociedade: urbanização, movimento operário, introdução da norma familiar burguesa, emergência das políticas sociais. Construindo a nação: Modernismo, homogeneização e movimentos artísticos.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. SP: Cia das Letras, 2000.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Unicamp, 2001.</p> <p>LESSA, Renato. A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da república velha. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.</p> <p>FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.</p> <p>FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.</p>

	<p>NOVAIS, Fernando (Coord.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol 3.</p> <p>SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.</p>
História Contemporânea I	<p>Ementa:</p> <p>Da “paz armada” às “guerras totais”: a Primeira e a Segunda Guerra mundiais. Vanguardas artísticas. Guerras e processos revolucionários: Rússia, Alemanha e China. A Grande Depressão. Projetos e experiências de tipo fascista.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.</p> <p>PAXTON, R O. A anatomia do fascismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>SCHÖNPFLUG, D. A era do cometa: o fim da Primeira Guerra e o limiar de um novo mundo. São Paulo: Todavia, 2018.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>ANDERSON, P. Duas revoluções - Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2018. BERARDI, F. Depois do futuro. São Paulo: Ubu, 2019.</p> <p>BUCK-MORSS, Susan. Mundo de sonho e catástrofe: o desaparecimento da utopia de massas na União Soviética e nos Estados Unidos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018. LIMONCIC, F.; MARTINHO, F. C. P. (org.). A Grande Depressão: política e economia na década de 1930- Europa, Américas, África e Ásia. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2009.</p> <p>REUTH, R. G. Breve história da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Todavia, 2022.</p> <p>SULEIMAN, Susan. Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.</p>
História Moderna II	<p>Ementa:</p> <p>O conceito de idade moderna. A revolução industrial. As revoluções inglesa e francesa e seus impactos. A restauração e as revoluções europeias no século XIX. O movimento operário. O socialismo e o anarquismo. O imperialismo e o neocolonialismo. A partilha do continente africano. As intervenções nos países asiáticos. O romantismo, o realismo e o impressionismo. A cultura popular e as mentalidades modernas.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>THOMPSON, E.P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987</p> <p>RUDÉ, George. A multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991</p> <p>ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 1999.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>KOSELLECK, R. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções: 1789-1948. 22ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.</p>
Teoria da História II	<p>Ementa:</p> <p>Experiência e narrativa na escrita da história. Giro linguístico e giro ético-político na historiografia. História e justiça. Teorias contemporâneas do tempo histórico. Usos do passado e políticas do tempo. História do tempo presente. História e gênero. História e relações étnico-raciais. História, emoções e afetividades.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Ed. USP, 1995.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto : PUC-Rio, 2014.</p> <p>BEVERNAGE, Berber. História, memória e violência de Estado: tempo e justiça. Serra, ES: Editora Milfontes / Mariana, MG: SBTHH, 2018.</p>

	<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Milfontes ; Mariana: SBTHH, 2018.</p> <p>PERRON, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005.</p> <p>PESAVENTO, Sandra Jatay; LANGUE, Frédérique. (orgs.). Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.</p> <p>RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.</p>
Prática Curricular: Imagen e Som II (Vídeo)	<p>Ementa:</p> <p>Estudo sobre a produção audiovisual, a cultura de consumo e recursos utilizados nas mídias contemporâneas. A construção narrativa cinematográfica e suas relações com a imaginação histórica. Reflexões sobre a pesquisa de imagens, interpretação e significação no vídeo. A história oral e o documentário participativo. A difusão do conhecimento histórico e o uso de plataformas e portais de compartilhamento. Propostas de produção audiovisual e desenvolvimento de roteiro, captação e edição de vídeo. Articulação teórico-prática com o contexto escolar da Educação Básica.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>BURKE, Peter. Testemunha Ocular: história e imagem. Bauru, SP: Edusc, 2004.</p> <p>HAGEMEYER, Rafael Rosa. História & canção; Audiovisual. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>LIMA, Luiz Costa (org). Teoria da Cultura de Massas. RJ: Paz e Terra, 2002.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>BRIGGS, Asa; e, BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.</p> <p>MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica Almeida (orgs.). História e documentário. Rio de Janeiro: FGV, 2012.</p> <p>NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Campinas: Papirus Editora, 2007.</p> <p>ROSENSTONE, Robert. A História nos filmes, os filmes na história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.</p> <p>FERRO, Marc. Cinema e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p>
5ª Fase	
História da América II	<p>Ementa:</p> <p>As independências nas Américas. Formação dos estados nacionais na América Latina: caudilhismo e liberalismo. Os Estados Unidos no século XIX: a conquista do Oeste e a Guerra de Secessão. Imperialismo e resistências. A Revolução Mexicana. A grande depressão e o New Deal. A emergência das políticas de massas. A Revolução Cubana e os movimentos de esquerda. O anticomunismo e as ditaduras militares no contexto da Guerra Fria. Transição para a democracia. As Américas no cenário contemporâneo: blocos econômicos e movimentos sociais.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>BANDEIRA, Antonio Moniz. De Martí a Fidel. La revolución cubana y América Latina. Buenos Aires: Norma, 2008.</p> <p>GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.</p> <p>PAMPLONA, Marco; MÄEDER, Maria. Revolução de independências e nacionalismos nas Américas. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>AGUILA, Gabriela; GARAÑO, Santiago; SCATIZZA, Pablo. (Org.). La represión como política de Estado. Estudios sobre la violencia estatal en el siglo XX. 1ed.Buenos Aires: Imago Mundi, 2020.</p> <p>FICO, Carlos. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.</p> <p>RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina. (Org.). Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico. 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.</p> <p>SANTOS, Eduardo. O poder norte-americano e a América Latina no pós Guerra Fria. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007</p> <p>SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão. Uma História da política norte-americana em relação a América Latina. Bauru: Edusc, 1998.</p>

História do Brasil IV	<p>Ementa:</p> <p>Autoritarismo e experiência democrática: trabalhismo, desenvolvimentismo e liberalismo. A sociedade brasileira: a conjuntura internacional, a economia e as transformações socioculturais. Conflitos sociais, crises políticas e mobilizações culturais. A ditadura militar de 1964: debates historiográficos. Institucionalização do regime autoritário: política, economia e sociedade. A contestação ao regime: lutas e resistências. A redemocratização: coalizões políticas e ações coletivas. O Brasil no cenário contemporâneo: alternativas políticas e sociais.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>FERREIRA, Jorge Luiz. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984). Curitiba: Juruá Ed., 2002.</p> <p>REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>D'ARAÚJO, Maria Celina. Nos Braços do Povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: As Instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.</p> <p>FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira (org.) João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. RJ: FGV, 1997.</p> <p>GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.</p> <p>RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Unesp, 1993.</p>
Teoria da História III	<p>Ementa:</p> <p>A escrita da história na América Portuguesa. A institucionalização da escrita da história do Brasil no século XIX. A tradição ensaística da historiografia brasileira. A profissionalização da história universitária no Brasil. Histórias da historiografia brasileira no século XX. História e crítica documental nos séculos XIX e XX. História e pensamento racial no Brasil. Interpelações feministas à historiografia brasileira. Historicidades ameríndias. Negacionismos históricos no Brasil. Novos desafios ao ofício do historiador no Brasil do tempo presente.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; GONÇALVES, Márcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.</p> <p>NICOLAZZI, Fernando. História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República: c. 1770-1940. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>FERES JÚNIOR, João (Org.). Léxico da história dos conceitos no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.</p> <p>GOMES, Ângela de Castro. A República, a História, o IHGB. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.</p> <p>NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.</p> <p>NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.</p> <p>REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2006.</p>
Prática Curricular: Patrimônio Cultural I	<p>Ementa:</p> <p>Profissionais de História e patrimônio cultural. O campo do patrimônio cultural: políticas de memória, jogos identitários, silenciamentos, tensões e disputas. Instituições, ações e práticas de preservação. Legislações e normativas sobre patrimônio cultural nos âmbitos internacional e nacional. Articulação teórico-prática com o contexto escolar da Educação Básica.</p>

	<p>Bibliografia básica:</p> <p>CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2020.</p> <p>HOLTORF, C. Por que preservar? Revista de Arqueologia, Pelotas-RS, v. 30, n. 2, p. 193-207, 2017.</p> <p>SANT'ANNA, M.; QUEIROZ, H. (org.). Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios. Vitória: Milfontes, 2021.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>BAUER, L.; BORGES, V. (org.). História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018.</p> <p>MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: _____. Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2012. v. 1, p. 24-39.</p> <p>NOGUEIRA, A. G. R. (org.). Patrimônio, resistência e direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede. Vitória: Milfontes, 2022.</p> <p>SILBERMAN, N. A. Desafios para o Patrimônio Mundial: em busca de novas práticas. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.</p> <p>SMITH, L. Desafiando o Discurso Autorizado do Patrimônio. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.</p>
História Contemporânea II	<p>Ementa:</p> <p>Ordem política bipolar e "era de ouro" capitalista. Descolonização, processos revolucionários e movimentos de contestação. Crise capitalista da década de 1970, transição para a acumulação flexível e expansão das tecnologias de comunicação e informação digitais. Dissolução do bloco soviético, "nova ordem mundial", globalização e neoliberalismo. Crises econômicas, ambientais, climáticas e sanitárias em escala global.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>BEIGUELMAN, G. Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu, 2021.</p> <p>LOWE, N. História do mundo contemporâneo. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.</p> <p>SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>ALLIEZ, E., LAZZARATO, M. Guerras e capital. São Paulo: Ubu, 2021.</p> <p>MOORE, J. W. Antropoceno ou Capitalocene? - natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.</p> <p>SASSEN, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.</p> <p>SNYDER, T. Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.</p> <p>WISNIK, G. Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas. S. Paulo: Ubu, 2018</p>
6ª Fase	
Estágio Curricular Supervisionado I ⁸	<p>Ementa:</p> <p>Políticas públicas educacionais e ensino de História. Temas sensíveis. Avaliação e Aprendizagem. Elaboração de sequências didáticas, planejamentos e planos de aulas. Observação do ambiente escolar de Ensino Fundamental ou Médio com produção e usos de materiais didáticos.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>MAGALHÃES, Marcelo. (org.). Ensino de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.</p> <p>MORAES, Marieta de; OLIVEIRA, Margarida (org.) Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019</p>

⁸ Deve-se lembrar que as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, II e III são oferecidas em semestre diferentes segundo a entrada, se março ou agosto. Isso ocorre porque a proposta do Curso é de que essas disciplinas estejam interligadas sequencialmente e, principalmente, que as de Estágio Curricular Supervisionado II e III sejam desenvolvidas num mesmo ano letivo numa escola de Educação Básica.

	<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas/SP: Papirus, 2007.</p> <p>CARRETERO, Mario et al. (org.) O Ensino da História e Memória Coletiva. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>FONSECA, Thais Nivia de Lima; SIMAN, Lana Mara de Castro. Inaugurando a História e construindo a nação: Discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.</p> <p>LAUTIER, Nicole. Os saberes históricos em situação escolar: circulação, transformação e adaptação. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 39-58, jan./abr., 2011.</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria (org.). Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013</p>
História Indígena	<p>Ementa:</p> <p>Diversidade indígena. Histórias indígenas no Brasil. Ensino de história indígena e educação indígena. Política indigenista e movimento indígena. Narrativas indígenas orais, visuais e textuais. Os povos indígenas e a relação história, natureza e cultura.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.</p> <p>BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.</p> <p>WERÁ, Kaká (org.). Coleção Tembetá: a trajetória e o pensamento de grandes vozes indígenas atuais. 12 vols. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>CUNHA, Manuela Carneiro da (org). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p> <p>KOPENAWA, Davi. A queda do céu. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo. [Tese de livre docência]. Campinas: UNICAMP, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.</p> <p>WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.</p>
Psicologia da Educação	<p>Ementa:</p> <p>Aspectos cognitivos, afetivos e sociais do processo de ensino e de aprendizagem: enfoques contemporâneos. Problematizações psico-educativas nos espaços escolares e não escolares. Contribuição da Psicologia para o estudo da infância, adolescência, juventude e família.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>CARVALHO, Maria Vilani Cosme (Org.). Temas em psicologia e educação. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.</p> <p>MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.</p> <p>POSO, Juan Ignácio. Teorias cognitivas da aprendizagem. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>GAZZANIGA, M. S. & HEATHERTON, T. F. Ciência psicológica. Mente, Cérebro e Comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>MITJÁNZ MARTINEZ, Albertina M.; GONZÁLES REY, Fernando. Psicologia, educação e aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>OLTRAMARI, Leandro C.; FEITOSA, Ligia R. C.; GESSER, Marivete. (orgs.) Psicologia escolar e educacional [recurso eletrônico]: processos educacionais e debates contemporâneos, Florianópolis : Edições do Bosque UFSC/CFH, 2020.</p> <p>PATTO, Maria Helena. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.Queiroz, 1990.</p> <p>ROSA, Jorge La (Org.). Psicologia e educação: o significado do aprender. Porto Alegre:</p>

	EDIPUCRS, 2001.
Prática Curricular: Patrimônio Cultural II	<p>Ementa:</p> <p>Arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação. Conhecimento histórico e(m) instituições custodiadoras de acervos. Difusão, história pública, educação para e com o patrimônio: potencialidades, diálogos e participação cidadã. Fundamentos da extensão universitária. Campos de extensão: estrutura e funcionamento. Articulação teórico-prática com o contexto escolar da Educação Básica. Planejamento e desenvolvimento de atividades de extensão na comunidade.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). Pensar os arquivos: uma antologia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.</p> <p>RODRIGUES, R. R.; BORGES, V. (ed.). História pública e história do tempo presente. São Paulo: Letra e Voz, 2021.</p> <p>TEIXEIRA, S. S. (org.). Patrimônio e museus na contemporaneidade. Salvador: EDUFBA, 2016.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>BRULON, B. Reinterpretando os objetos de museu: da classificação ao devir. TransInformação, Campinas-SP, v. 28, n. 1, p. 107-114, jan./abr. 2016.</p> <p>DEBARY, O. Antropologia dos restos: da lixeira ao museu. Pelotas-RS: UM2, 2017.</p> <p>GONÇALVES, J. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. Mouseion, Canoas-RS, v. 19, p. 83-97, 2014.</p> <p>MACNEIL, H. Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.</p> <p>VERGÈS, F. Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.</p>
Optativa I	Ver ementa das optativas abaixo
7ª Fase	
Estágio Curricular supervisionado II	<p>Ementa:</p> <p>Ensino de História na Educação Básica: aprofundamento teórico. Estágio envolvendo observação e interação com uma turma do Ensino Fundamental ou Médio. Construção de sequências didáticas e sua realização na turma do estágio. Elaboração de planos de aula. Elaboração de material didático. Elaboração de projeto de ensino e de pesquisa.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>RÜSEN, Jörn. História Viva. Brasília: UnB, 2007.</p> <p>CADERNOS CEDES 67: Ensino de História: novos horizontes. vol. 25, n. 67. São Paulo: Cortez, Campinas, CEDES, set./dez. 2005.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas/SP: Papirus, 2003.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>GATTI Jr., Décio. A escrita escolar da História – livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauro/SP: Edusc, 2004.</p> <p>BLOCH, Marc. Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2001</p> <p>MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (orgs). Golpes na História e na Escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez, Anpuh-Seção-SP, 2017.</p> <p>PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.</p> <p>ROCHA, Helenice et al. (orgs.) A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009</p>
Língua Brasileira de Sinais - Libras	<p>Ementa:</p> <p>Educação de Surdos: história, políticas, concepções e tendências pedagógicas sobre a surdez. LIBRAS: mitos/crenças, aspectos gramaticais e linguísticos da Libras, escrita de sinais e tecnologias de apoio. Cultura Surda, Identidade Surda e seus artefatos. O trabalho pedagógico com alunos surdos: o contexto da escola inclusiva, educação bilíngue, intérprete/tradutor de Libras, estratégias pedagógicas e metodológicas para o ensino de alunos surdos.</p> <p>Bibliografia básica:</p>

	<p>GESER, Audrei. LIBRAS, que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editora, 2009.</p> <p>LACERDA Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). Tenho Um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 05 mai. 2016.</p> <p>QUADROS, Ronice M. Educação de surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SKLIAR, Carlos (Org.). Educação e Exclusão. Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2016.</p>
Optativa II	ver ementas das disciplinas optativas
Optativa III	ver ementas das disciplinas optativas
8ª Fase	
Estágio Curricular supervisionado III	<p>Ementa:</p> <p>Desenvolvimento do projeto de docência e pesquisa; ministração de aulas (Regência), avaliação e participação em atividades escolares como conselhos de classe; reuniões por área de conhecimento; formação continuada oferecida no espaço escolar; festas; encontros esportivos, etc. Elaboração de relatório que contenha uma reflexão crítica sobre o espaço escolar e a experiência de docência, sob coordenação de um supervisor e orientador, considerando as experiências dos estágios de docência anteriores.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ABREU, Martha e SOIHET, Raquel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PERRENOUD, Philippe et all (orgs.). Formando professores profissionais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores - Unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (org). Aprender História: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009.</p> <p>SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). Ensino de História, memória e culturas. Curitiba/PR: CRV, 2013.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.</p>
Optativa IV	ver ementas das disciplinas optativas

Conforme a Resolução nº 006/2017 do CONSEPE, as disciplinas optativas dos currículos dos Cursos de Licenciatura e de Bacharelado em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, aprovadas pelas Resoluções nº 33/2013-CONSUNI e nº 56/2013- CONSUNI, são as seguintes:

1. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins I, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de

- conhecimento, relacionadas a História e Antropologia.
2. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins II, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Política.
 3. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins III, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Arte.
 4. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins IV, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Literatura.
 5. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins V, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Filosofia.
 6. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins VI, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Sociologia.
 7. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins VII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Educação.
 8. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins VIII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Cidade.
 9. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins IX, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Direito.
 10. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins X, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Economia.
 11. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XI, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História, Memória e Tempo presente.
 12. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Patrimônio.

13. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XIII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Relações étnico-raciais.
14. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XIV, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Mídia.
15. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XV, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Relações Internacionais.
16. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XVI, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Música.
17. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XVII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Relações de Gênero e família.

Propõe-se aqui a ampliação desta relação, acrescentando as seguintes:

18. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XVIII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Biografia.
19. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XIX, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Cultura Escrita.
20. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XX, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Geografia.
21. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXI, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Cultura Visual.
22. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Meio Ambiente.

23. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXIII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Oralidade.
24. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXIV, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Cinema.
25. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXV, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Arquivos.
26. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXVI, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Fotografia.
27. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXVII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Cultura Material.
28. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXVIII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Movimentos Sociais.
29. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXIX, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Políticas Sociais.
30. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXX, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Religiosidades.
31. Tópicos especiais em – Seminários História e áreas afins XXXI, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Narrativas.
32. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXXII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Lutas Sociais.
33. Tópicos especiais – Seminários em História e áreas afins XXXIII, com 4 créditos, 72 horas/aula; Ementa: Seminários especiais que articulem diferentes temas e áreas de conhecimento, relacionadas a História e Diáspora Africana.

QUADRO 14: EQUIVALÊNCIA

Matriz curricular vigente			Matriz curricular proposta		
Disciplina	Fase	Créditos	Disciplina	Fase	Créditos
Antropologia	1a	4	Antropologia	1a	4
História Antiga	1a	4	História Antiga	1a	4
História da América I	1a	4	História da América I	1a	4
Iniciação à Pesquisa Histórica	1a	4	Iniciação à Pesquisa Histórica	1a	4
Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I	1a	4	Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I	1a	8
História Medieval	2a	4	História Medieval	2a	4
História da África I	2a	4	História da África I	2a	4
História do Brasil I	2a	4	História do Brasil I	2a	4
Teoria da História I	2a	4	Teoria da História I	2a	4
História de Santa Catarina I	2a	4	História de Santa Catarina I	2a	4
Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens II	2a	7	Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens II	2a	8
Organização e Gestão da Escola	3a	4	Organização e Gestão da Escola	3a	4
Didática da História	3a	4	Didática da História	3a	4
História Moderna I	3a	4	História Moderna I	3a	4
História da África II	3a	4	História da África II	3a	4
História do Brasil II	3a	4	História do Brasil II	3a	4
Prática Curricular: Imagem e Som I (Áudio)	3a	4	Prática Curricular: Imagem e Som I (Áudio)	3a	4
História de Santa Catarina II	4a	4	História de Santa Catarina II	4a	4
Teoria da História II	4a	4	Teoria da História II	4a	4
História Moderna II	4a	4	História Moderna II	4a	4
História Contemporânea I	4a	4	História Contemporânea I	4a	4
História do Brasil III	4a	4	História do Brasil III	4a	4
Prática Curricular: Imagem e Som II (Vídeo)	4a	4	Prática Curricular: Imagem e Som II (Vídeo)	4a	4

História Contemporânea II	5a	4	História Contemporânea II	5a	4
Teoria da História III	5a	4	Teoria da História III	5a	4
História da América II	5a	4	História da América II	5a	4
História do Brasil IV	5a	4	História do Brasil IV	5a	4
Prática Curricular: Patrimônio Cultural I	5a	4	Prática Curricular: Patrimônio Cultural I	5a	4
Estágio Curricular Supervisionado I	5 ^a /6a	5	Estágio Curricular Supervisionado I	5 ^a /6a	5
Prática Curricular: Patrimônio Cultural II	6a	4	Prática Curricular: Patrimônio Cultural II	6a	8
História Indígena	6a	4	História Indígena	6a	4
Psicologia da Educação	6a	4	Psicologia da Educação	6a	4
Estágio Curricular supervisionado II	6 ^a /7a	10	Estágio Curricular supervisionado II	6 ^a /7a	10
Libras	7a	4	Libras	7a	4
Estágio Curricular Supervisionado III	7 ^a /8a	12	Estágio Curricular Supervisionado III	7 ^a /8a	12
Optativa I	6a	4	Optativa I	6a	4
Optativa II	7a	4	Optativa II	7a	4
Optativa III	7a	4	Optativa III	7a	4
Optativa IV	8a	4	Optativa IV	8a	4

9. APLICAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 1º, dispõe que “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Na UDESC, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e o Estatuto, reiteram os princípios constitucionais, aqueles que emanam da LDB e as intenções firmadas pelo PNE.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, de 20 de dezembro, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores

da Educação Básica (BNC-Formação), estabeleceu que as IES concebessem a formação inicial dos profissionais docentes da Educação Básica na perspectiva do atendimento às competências e habilidades previstas na BNCC.

A FAED, em consonância com a Resolução 002/2022 CEG (que define as diretrizes para a formação inicial em nível superior dos cursos de Licenciatura da UDESC) e a Resolução CEE 002/2021 (que fixa normas complementares para a formação inicial dos professores da Educação Básica no Sistema Estadual de Santa Catarina e estabelece outras providências), considera como ancoragem conceitual para a estruturação dos currículos dos cursos de Licenciatura os seguintes princípios formativos, ampliando o que estabelece a Resolução CNE/CP nº 02/2019:

- a) A relação interdependente entre o contexto escolar da Educação Básica e a Universidade;
- b) Organicidade na composição dos currículos de formação de professores, em diálogo permanente com as redes públicas de ensino;
- c) A unidade entre teoria e prática;
- d) A Prática como Componente Curricular (PCC) transversalizando toda a formação dos licenciandos;
- e) Sólida formação teórico-metodológica em todo o percurso formativo;
- f) A escola e o ofício de professor como *lócus* central da formação,
- g) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- h) O Estágio Curricular Supervisionado como compromisso teórico-prático de todo o coletivo de profissionais do curso, em permanente diálogo, planejamento e avaliação sistemáticos com as redes públicas de ensino.
- i) Esses princípios, nomeadamente os que se referem à sólida formação teórica e metodológica, à escola e o ofício de professor como *lócus* central da formação, a articulação entre teoria e prática, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentre outros, foram basilares para a definição das bases conceituais para constituição das matrizes curriculares, para a definição da Prática como Componente Curricular como elemento fundamental para a formação de professores amalgamada com o contexto escolar da Educação Básica e com a compreensão e transposição didática dos conhecimentos científicos no e para o trabalho docente, assim como o Estágio Curricular Supervisionado como compromisso teórico-prático de todo o coletivo de profissionais do curso, em

permanente diálogo, planejamento e avaliação sistemáticos com as redes públicas de ensino.

Sob a égide desses princípios, a FAED, em respeito às Resoluções supracitadas, toma também como parte estruturante dos currículos as seguintes bases conceituais:

- I – Escola e Sociedade: que comprehende o conhecimento da interdependência entre a escola e a estrutura social, bem como sua função social de sistematizar os conceitos científicos e disseminar a ciência e a cultura;
- II – Organização da Escola e Trabalho Docente: envolve a compreensão das dimensões éticas, políticas e estéticas necessárias para a organização do trabalho docente no que diz respeito aos saberes e fazeres da prática docente. Implica no conhecimento das práticas pedagógicas nas diferentes modalidades da educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola);
- III – Planejamento Educacional: objetiva conhecer os tipos de planejamento educacional e suas diferentes concepções e implicações na estrutura e funcionamento da escola;
- IV – Currículo e Cultura Escolar: envolve as teorias curriculares e os processos sócio-históricos constitutivos da cultura escolar;
- V – Processos de Ensino e Aprendizagem: objetiva conhecer epistemologicamente as diferentes concepções de ensino e aprendizagem considerando as temporalidades humanas: infância, adolescência, juventude, adulteza e velhice;
- VI – Avaliação Educacional: objetiva conhecer os processos de avaliação educacional compreendendo: avaliação institucional, avaliação em larga escala e avaliação da aprendizagem;
- VII - Direitos Humanos e Diversidades: objetiva refletir sobre a diversidade étnico-cultural e suas implicações na sociedade e na organização escolar, a partir dos Direitos Humanos Universais, visando buscar alternativas para a análise e intervenção educativa centradas na valorização dos diferentes sistemas culturais, destacando a importância das demandas por cidadania da sociedade atual;
- VIII - Tecnologias Educacionais: objetiva refletir sobre o potencial pedagógico de tecnologias da informação e comunicação, oportunizando espaços de apropriação crítica, autoral e colaborativa das mídias e tecnologias digitais.

As bases conceituais e os princípios formativos supracitados são contemplados nesta proposta pedagógica através dos componentes que constituem o eixo de saberes didáticos-práticos. Tal eixo, de caráter integrador, perpassa todas as etapas formativas e materializa-se através de disciplinas específicas (Ensino de História e suas linguagens I e II, Didática da História, Organização e gestão Escolar, Psicologia da Educação, Estágio Curricular Supervisionado I, II e III). Além das disciplinas específicas, tais princípios serão igualmente incorporados às práticas docentes de componentes dos outros eixos que constituem o currículo, na medida em que se entende a relevância de uma formação integrada e atenta ao exercício do ofício docente.

As diretrizes curriculares nacionais referentes à “Educação das Relações Étnico-Raciais” e ao “Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena”, de acordo com a LDB/1996, a partir da redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assim como pela Resolução CNE/CP N° 1/2004, são atendidas especificamente nos componentes curriculares abaixo elencados:

QUADRO 15 – DISCIPLINAS QUE ATENDEM A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS NO CURSO

Componente Curricular:	Créditos	Carga-horária
Antropologia	4	72
História da África I	4	72
História da África II	4	72
História do Brasil I	4	72
História do Brasil II	4	72
História Medieval	4	72
História Indígena	4	72

O Curso atende também à legislação vigente no que toca ao Estágio Curricular Supervisionado, especialmente no que ancora a LDB//1996, a Lei de Estágios 11.788/2008, a Resolução 066/2014/CONSUNI e a Resolução 02/2019 (BRASIL, 2019), que aloca o Estágio no Grupo III, referente à dimensão prática da formação. Todavia, a concepção de Estágio no Curso de Licenciatura da UDESC não é restrita tal como expressa a Resolução 02/2019 do CNE. Isto porque parte-se da compreensão que o Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular que envolve um conjunto de experiências/vivências/conhecimentos e abrange as múltiplas dimensões da ação profissional. Constitui-se como *lócus* de

materialização dos saberes apropriados ao longo do curso, unindo teoria e prática, ensino e pesquisa.

QUADRO 16 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DE ESTÁGIO CURRICULAR NO CURSO

Fase (vesp/not)	Componente Curricular	Créditos	Carga Horária
5a/6a	Estágio Curricular Supervisionado I	05	90
6a/7a	Estágio Curricular Supervisionado II	10	180
7a/8a	Estágio Curricular Supervisionado III	12	216

A matriz curricular proposta também atende à legislação referente à Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 que referenda a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012), como pode-se observar nos componentes curriculares Estágio Curricular Supervisionado I, ao tratar debates relativos ao que se convencionou chamar “temas sensíveis”.

Os princípios que ancoram este Projeto Pedagógico de Curso, já mencionados neste documento, pautam-se também na perspectiva da Educação Inclusiva.

As políticas educacionais de perspectiva inclusiva se iniciam na Constituição de 1988, com o direito garantido de todos à educação e com a LDB de 1996, que garante o atendimento especializado gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação em todas as etapas e modalidades da educação. Também a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, define que o público da Educação Especial deve ser matriculado na escola de ensino regular, garantindo os apoios necessários, como o Atendimento Educacional Especializado, como atividade complementar. E a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) garante os direitos fundamentais às pessoas com deficiência, incluindo a educação. Conforme capítulo IV, do Direito à Educação, art. 27, “[...] a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015). Assim, em nosso país, a legislação em prol do direito das pessoas com deficiência se consolidou a partir da luta dos movimentos sociais na Constituinte e dos documentos de organismos internacionais. A partir dos anos 2000, notadamente, o Brasil assumiu a perspectiva da educação inclusiva nas políticas educacionais e os estudantes público da Educação Especial

(pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades superdotação) passaram a ser matriculados na Educação Básica e no Ensino Superior. Imperioso citar também o Decreto Federal nº 5.626/2005, que torna obrigatória a inclusão da disciplina de LIBRAS nos cursos de Licenciatura e optativa nos cursos de Bacharelado. Nesses termos, a matriz curricular também cumpre o previsto no conjunto da legislação, na medida em que se oferta o componente curricular LIBRAS, com 04 créditos e 72 horas. Além dele, os Estágios Curriculares I, II e III, que totalizam 486 horas, são igualmente perpassados pelos debates da Educação Inclusiva.

No que se refere a Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002), os seguintes componentes curriculares atendem ao que está previsto em Lei, a saber:

QUADRO 17 – DISCIPLINAS QUE ATENDEM A POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Componente Curricular	Créditos	Carga horária
História Contemporânea II	04	72
Patrimônio Cultural I	04	72
Patrimônio Cultural II	08	144

Em relação à curricularização da extensão, o Curso atende à Constituição Federal, em seu art. 207, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (1988), ao Plano Nacional de Extensão Universitária (1998), à Política Nacional de Extensão Universitária (2012), à Resolução nº 05/2019 CONSUNI, que institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da UDESC, ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024 - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), à Resolução 07/2018 do CNE, que estabelece as Diretrizes para o Ensino Superior, no que toca às atividades de extensão, e à Resolução 007/2022 CEG, que estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância da UDESC. Nesta proposta curricular, a creditação da extensão acontece através de duas modalidades: oferecimento de disciplinas de caráter misto e de unidades curriculares de extensão, a serem validadas durante todo o percurso formativo. No que concerne às disciplinas mistas, estas organizam-se da seguinte maneira:

QUADRO 18 – CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO EM DISCIPLINAS MISTAS

Disciplinas	Créditos PCC	Créditos Extensão	Total	Carga Horária
Ensino de História e suas linguagens I	05	03	08	144
Ensino de História e suas linguagens II	05	03	08	144
Patrimônio Cultural II	05	03	08	144

9.1 PROPOSTA DE TRANSIÇÃO CURRICULAR

QUADRO 19: PROJEÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO E EXTINÇÃO GRADATIVA DA MATRIZ VIGENTE

2025/2	2026/1	2026/2	2027/1	2027/2	2028/1	2028/2	2029/1
1ª. fase Licenc.	2ª fase Licenc.	3ª. fase Licenc.	4ª. fase Licenc.	5ª. fase Licenc.	6ª. fase Licenc.	7ª fase Licenc.	8ª fase Licenc.
8ª fase Licenc. Matriz vigente	1ª. fase Licenc.	2ª fase Licenc.	3ª. fase Licenc.	4ª. fase Licenc.	5ª. fase Licenc.	6ª. fase Licenc.	7ª fase Licenc.
7ª. fase Licenc. Matriz vigente	8ª fase Licenc. Matriz vigente	1ª. fase Licenc.	2ª fase Licenc.	3ª. fase Licenc.	4ª. fase Licenc.	5ª. fase Licenc.	6ª. fase Licenc.
6ª. fase Licenc. Matriz vigente	7ª. fase Licenc. Matriz vigente	8ª. fase Licenc. Matriz vigente	1ª. fase Licenc.	2ª fase Licenc.	3ª. fase Licenc.	4ª. fase Licenc.	5ª. fase Licenc.
5ª. fase Licenc. Matriz vigente	6ª. fase Licenc. Matriz vigente	7ª. fase Licenc. Matriz vigente	8ª. fase Licenc. Matriz vigente	1ª. fase Licenc.	2ª fase Licenc.	3ª. fase Licenc.	4ª. fase Licenc.
4ª. fase Licenc. Matriz vigente	5ª. fase Licenc. Matriz vigente	6ª. fase Licenc. Matriz vigente	7ª. fase Licenc. Matriz vigente	8ª. fase Licenc. Matriz vigente	1ª. fase Licenc.	2ª fase Licenc.	3ª. fase Licenc.
3ª. fase Licenc. Matriz vigente	4ª. fase Licenc. Matriz vigente	5ª. fase Licenc. Matriz vigente	6ª. fase Licenc. Matriz vigente	7ª. fase Licenc. Matriz vigente	8ª. fase Licenc. Matriz vigente	1ª. fase Licenc.	2ª fase Licenc.
2ª. fase Licenc.	3ª. fase Licenc.	4ª. fase Licenc.	5ª. fase Licenc.	6ª. fase Licenc.	7ª. fase Licenc.	8ª. fase Licenc.	1ª. fase Licenc.

Matriz vigente .	Matriz vigente	Matriz vigente	Matriz vigente	Matriz vigente	Matriz vigente	Matriz vigente Conclusão	
------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	---------------------------------------	--

Obs:

Vermelho: Plano de implantação da nova matriz – Licenciatura 2025/2 a 2029/01

Verde: Plano de extinção da matriz vigente - Licenciatura 2025/2 a 2028/2

10. ENFOQUES PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

10.1 Tecnologias digitais de informação e de comunicação (aplicadas no processo de ensino aprendizagem) voltadas à educação.

As tecnologias digitais de informação e de comunicação fazem parte das relações sociais e de poder de fração considerável da população mundial. Seus impactos são inerentes ao próprio processo de globalização e atingem principalmente a população mais jovem. A importância da inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem é inegável, mesmo num curso presencial, como é o caso do Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Cada vez mais os docentes integram diferentes ferramentas digitais em suas aulas, como uso de plataformas variadas (principalmente o Moodle), redes sociais de compartilhamento de audiovisuais etc.

Para além de iniciativas individuais dos docentes em fazer uso de ferramentas digitais em suas aulas, esta proposta curricular atende aos dispositivos legais da Portaria CNE, nº 2.177, de 06 de dezembro de 2019, da Resolução CEE/SC, nº 008, de 11 de abril de 2022 e da Instrução Normativa da UDESC nº 004/2022, de 04 de abril de 2022, que permitem que cursos presenciais possam dispor de até o limite de 40% da carga horária total do curso, de atividades a distância. A discussão realizada pelo corpo docente, mediada pela NDE, no Departamento, resolveu manter o limite de 20% de sua carga horária total como atividades de ensino a distância nas disciplinas que integram o currículo. Em cada semestre letivo do Curso será permitido que todas as disciplinas do curso, à exceção das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado e Práticas Curriculares, possam requisitar ser ofertadas integralmente na modalidade à distância ou parte de sua carga horária, desde que não ultrapasse o limite de 20% da carga horária total prevista. Esta carga horária poderá ser revista pelo Colegiado Pleno do

Curso na medida em que essas ações forem se consolidando.

A proposta de realizar parte ou toda a disciplina na modalidade a distância deverá ser apresentada à Chefia do Curso e aprovada em reunião do Pleno Departamental, que considerará o limite previsto. Na proposta escrita deverá constar o nome do professor que assumirá a atividade de ensino a distância, suas qualificações para exercer essa atividade e as razões de oferta da disciplina nesta modalidade. A proposta deverá ser encaminhada para aprovação no Departamento em reunião de definição do plano de trabalho individual docente, realizada antes do início de cada semestre. A Chefia do Curso e o Núcleo Docente Estruturante são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das atividades previstas a distância junto aos acadêmicos e professores que tiverem optado por essa modalidade.

Para além dessa possibilidade cabe observar que os docentes vêm integrando as ferramentas disponíveis na Plataforma *Moodle* em seus planejamentos semestrais de aulas presenciais. Nesta Plataforma são disponibilizados o plano de ensino, atividades, materiais audiovisuais e bibliográficos mesmo para as aulas presenciais.

No que concerne ao uso das tecnologias, destacam-se os espaços da FAED e os Laboratórios do Departamento de História, abaixo descritos:

10.1.2 Relação de Laboratórios e/ou Núcleos comuns da FAED

Laboratório de Informática:

A FAED dispõe do laboratório de informática para uso dos estudantes e realização de atividades de ensino, equipado com:

- Ambiente climatizado;
- Projetor Multimídia;
- Mesas e cadeiras com capacidade física de 20 pessoas;
- 20 computadores, com a seguinte configuração:
 - Processador Intel(R) Core (TM) i5-4460 CPU @ 3.20GHz
 - 8 GB de Memória RAM
 - Driver de leitor/gravador CD/DVD
 - Disco Rígido de 500GB
 - Placa de vídeo integrada Intel(R) HD Graphics 4600
 - Monitor Widescreen 19"

Sala para reuniões e videoconferências:

A FAED possui infraestrutura de vídeo conferência com objetivo de agilizar reuniões, sejam elas administrativas e ou acadêmicas. Essa sala possui as seguintes características comuns:

- 20 m²;
- Mesa oval e central de reuniões com 16 cadeiras confortáveis;
- Acesso para deficientes físicos;
- Ambiente climatizado;
- Computador com acesso à internet;
- Duas TV's LCD para transmissão de vídeo conferência e projeção do computador.

Especificidade de Recursos Audiovisuais, Multimídia e Rede de Comunicação Científica (Internet)

O Centro de Ciências Humanas e da Educação possui, em suas dependências, auditório climatizado com mesa de som, aparelho de projeção de imagem, DVD e computador. Todas as salas de aulas estão equipadas com *databshow*, computador, retroprojetor e ar-condicionado.

Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A manutenção fica a cargo dos técnicos em informática e analista de suporte do Centro de Ciências Humanas e da Educação. A manutenção tem caráter preventivo no que se refere a equipamentos. A conservação é realizada por empresa especializada licitada pela UDESC.

10.1.3 Relação de Laboratórios e/ou Núcleos do Curso de História

O Curso de História conta, no ano de 2023, com cinco Laboratórios sediados no Centro de Ciências Humanas e da Educação. Tais espaços reúnem professores/as e acadêmicos/as da graduação e pós-graduação do Curso de História, mas também contam com a participação de pesquisadores/as e acadêmicos/as de outros Cursos do Centro e de outras Universidades. Esses Laboratórios, em suas especificidades, articulam o ensino da graduação e pós-graduação no Curso de História ao desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – AYA

Coordenadora: Profa. Claudia Mortari

O AYA tem como objetivo geral congregar pesquisadores(as) vinculados ao campo dos Estudos Africanos e da História Indígena comprometidos(as) com um trabalho multidisciplinar e transdisciplinar que estão em busca da construção de um conhecimento acadêmico, científico e social voltado para a interpretação decolonizada das experiências de diversos sujeitos sociais. Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão estão pautadas nas questões teóricas colocadas pelos estudos pós-coloniais e decoloniais. Integram sua equipe professores(as) do Departamento de História da UDESC e de outras universidades, professores(as) da rede pública de ensino, estudantes de graduação e pós-graduação da área das Ciências Humanas e integrantes vinculados a movimentos sociais. Aya é uma palavra adinkra (povos akan) para samambaia, cujo símbolo significa perseverança e resiliência.

Laboratório de Imagem e Som – LIS

Coordenador: Prof Dr. Rafael Rosa Hagemeyer

O Laboratório de Imagem e Som – LIS – constitui-se em um espaço destinado ao desenvolvimento da pesquisa e da prática didática, a partir dos recursos tecnológicos relacionados às linguagens audiovisuais e ao uso da edição de imagem e som na área de História. Destina-se a aproximar e instrumentalizar acadêmicos/as, professores e pesquisadores que fazem uso das fontes imagéticas e/ou sonoras no desenvolvimento de suas investigações, na organização do material consultado e catalogado, através da produção e divulgação de seus resultados, resultando na formação de diferentes bancos de dados e artefatos, além de um acervo próprio enquanto núcleo informatizado de documentação. Vem sendo implementado desde o segundo semestre de 2004, através de diferentes ações que deram suporte institucional a este espaço, possibilitando que tivesse uma sede e a aquisição de equipamentos e instrumental necessário à sua formação.

Laboratório de Estudos da Contemporaneidade – LEC

Coordenador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Löhn

O laboratório vem sendo consolidado desde o segundo semestre de 2007 e conta com uma sala no Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE/FAED), localizado no Campus 1 da Universidade, no bairro Itacorubi, em Florianópolis. A constituição do LEC ocorreu pela junção de interesses de pesquisa dos Professores Luiz Felipe Falcão, Emerson Cesar de Campos e Reinaldo Lindolfo Lohn, do Departamento de História, somada à participação de estudantes de graduação e pós-graduação em História. Atualmente, projetos de pesquisa e extensão, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, em andamento ou já

aprovados, vêm sendo desenvolvidos e/ou orientados, tanto em nível de graduação como na pós-graduação. Constituem o núcleo de docentes que desenvolvem investigações no laboratório atualmente os seguintes professores: Caroline Jaques Cubas, Emerson César de Campos, Mariana Rangel Joffily e Reinaldo Lindolfo Lohn.

Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF

Coordenadora: Profa. Dra. Silvia Maria Fávero Arend

Até 2007, os docentes do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) desenvolviam atividades de ensino, projetos de pesquisa e projetos de extensão na área de relações de gênero e família em dois núcleos de estudos multidisciplinares da UDESC: o Núcleo de Estudos da Sexualidade (NES), criado em 1991, e o Núcleo da Criança e do Adolescente (NUCA), instituído em 1992. Em maio de 2007, em função das demandas do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da implementação dos cursos de pós-graduação, foi criado o Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF). O Laboratório de Relações de Gênero e Família, vinculado ao Departamento de História da UDESC e ao Programa de Pós-graduação em História tem como objetivos gerais a realização de projetos de pesquisa, de projetos de extensão e de prestação de serviços, bem como da execução das atividades de ensino nas seguintes áreas: Relações de gênero, família, sexualidade, infância, juventude, políticas sociais nas áreas das relações de gênero e da família e educação sob o enfoque das relações de gênero e dos estudos da família.

Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural – LabHPac

Coordenadora: Profa. Dra. Janice Gonçalves

Institucionalizado no primeiro semestre de 2008, o Laboratório de Patrimônio Cultural teve sua criação ligada, antes de tudo, às necessidades das disciplinas de Prática Curricular – Patrimônio Cultural (I e II), incorporadas à grade curricular do Curso de Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC em 2005. Em 2023 passou por alteração de nomenclatura, passando a chamar-se Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural. Desde sua criação, o laboratório tem buscado, por meio de projetos de pesquisa e extensão, cursos curriculares e extracurriculares, orientações de TCC, dissertações e teses, bem como da promoção de eventos e realização de convênios, realizar e dar suporte a investigações e reflexões acerca dos processos de constituição social de memórias e das ações e instituições voltadas para a preservação de bens culturais, bem como estabelecer parcerias com instâncias que estejam dedicadas ao estudo e à implantação de políticas referentes ao patrimônio cultural.

Atualmente, explora e problematiza, em suas várias atividades, os vínculos entre patrimônio cultural e história pública, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, orientações, consultorias e parcerias institucionais.

Laboratório de Ensino de História – LEH

Coordenadora: Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira

O Laboratório de Ensino de História – LEH teve início no Núcleo de Estudos Históricos, criado em 1999. Com mudanças ocorridas na UDESC e a consolidação dos laboratórios vinculados ao Departamento de História, em 2009, sua denominação e suas finalidades foram alteradas, tornando-se Núcleo de Ensino de História e dedicando-se às questões referentes ao ensino e à pesquisa sobre o ensino de História e a formação docente. Em 2012, o Núcleo de Ensino de História passou a ser denominado como Laboratório de Ensino de História. O LEH propõe-se a articular a formação docente no âmbito da graduação ao âmbito da pós-graduação e desde 2009 tem participado de projetos financiados pela CAPES que estimulam a formação profissional a partir do apoio à docência. Em 2011, concluiu-se o Projeto do Prodocência/CAPES/UDESC, do qual o NEH fazia parte, e iniciou-se o PIBID/CAPES/UDESC. Atualmente, o Curso de História está em seu sexto projeto PIBID e possui 24 bolsas de Iniciação à docência distribuídas aos/a acadêmicos/as de diferentes fases do Curso, que desenvolvem atividades em três escolas localizadas em Florianópolis. O projeto também disponibiliza três bolsas de supervisão para os professores da Educação Básica e uma bolsa como Coordenação de área. Informações sobre as atividades do PIBID História UDESC ver em <https://pibidhistoriaudesc.wixsite.com/pibid> Em 2022 o programa Residência Pedagógica passou a fazer parte das atividades do laboratório. O programa conta com 15 bolsas para estudantes matriculados a partir da segunda metade do curso e, cujas ações devem ser acompanhadas por professores supervisores da Educação Básica e pela professora coordenadora do projeto – que também recebem bolsa CAPES. Participam do laboratório as professoras Cristiani Bereta da Silva, Luciana Rossato, Nucia Alexandra Silva de Oliveira e Caroline Jaques Cubas.

10.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA

Como parte do eixo das disciplinas *Didático-práticas*, o Curso de Licenciatura em História apresenta três conjuntos de disciplinas de práticas pedagógicas vinculadas às

atividades desenvolvidas em Laboratórios específicos. O Curso de História nomeia as práticas pedagógicas como práticas curriculares, obedecendo os mesmos princípios das normativas vigentes fixados na resolução CNE/CES nº 13/2002.

As disciplinas nomeadas como “Prática Curricular: Ensino de História e suas linguagens”, I e II, encontram-se vinculadas ao Laboratório de Ensino de História – LEH e fornecem ferramentas teórico-metodológicas em variadas linguagens acadêmicas, especializadas e de ensino-aprendizagem aos futuros professores de História.

As disciplinas “Prática Curricular: Imagem e Som”, I e II, foram incorporadas à grade curricular do Curso de Graduação em História em 2005 e sofreram modificações para a nova matriz curricular, passando a enfatizar o trabalho com o “Áudio” na “Prática Curricular: Imagem e Som I”, sendo que o trabalho com “Vídeo” é enfocado na “Prática Curricular: Imagem e Som II”. Essas disciplinas estão vinculadas ao Laboratório de Imagem e Som – LIS, que se constitui em um espaço destinado ao desenvolvimento da pesquisa e da prática didática, a partir dos recursos tecnológicos relacionados às linguagens audiovisuais e ao uso da edição de imagem e som na área de História. Destina-se a aproximar e instrumentalizar acadêmicos/as, professores e pesquisadores que fazem uso das fontes imagéticas e/ou sonoras no desenvolvimento de suas investigações, na organização do material consultado e catalogado, através da produção e divulgação de seus resultados, resultando na formação de diferentes bancos de dados e artefatos, além de um acervo próprio enquanto núcleo informatizado de documentação.

Também em 2005, as disciplinas “Prática Curricular – Patrimônio Cultural”, I e II, foram incorporadas à grade curricular do Curso de Graduação em História. A existência dessas disciplinas, vinculadas ao Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural - LABHPAC, estimula a reflexão acerca de ações de preservação de bens culturais e ressalta o papel dos historiadores e dos acervos no registro das experiências históricas e nos processos sociais de construção de memórias. Por consequência, foram geradas demandas para a implantação de laboratório voltado para as temáticas do patrimônio cultural, que abrigasse materiais para estudo, experimentação e criação relativos à área, e que integrasse docentes e discentes, programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão afins.

Com a implantação, em março de 2007, do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, com área de concentração de História do Tempo Presente, a temática do patrimônio cultural ganhou ainda mais relevância, tanto na produção dos docentes como na de discentes. Afinal, contemporaneamente, memória e patrimônio cultural têm se imbricado com

intensidade, permitindo a autores de diferentes perfis diagnosticar, ao menos desde a década de 1970, e sobretudo a partir dos anos 1990, uma verdadeira “obsessão pela memória”, vinculada, por seu turno, a uma febre de “patrimonialização”.

A inserção dessas disciplinas voltadas para o patrimônio cultural, no âmbito da formação docente, justifica-se pela necessidade de criar condições para que os futuros profissionais e docentes de História tenham uma formação ampla, abrangendo habilidades para que desenvolvam, junto a instituições custodiadoras de acervos e/ou vinculadas à preservação do patrimônio cultural, ações envolvendo o estudo e a difusão de bens materiais e/ou imateriais, enriquecendo sua percepção acerca do papel dos historiadores e dos acervos, tanto no registro das experiências históricas como na construção da memória social.

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A UDESC, por meio da Resolução do CONSUNI, nº 066/2014, que dispõe sobre o estágio curricular, o considera “um processo interdisciplinar, formativo e avaliativo, articulador da indissociabilidade teoria/prática e ensino, pesquisa e extensão que tem por objetivo proporcionar ao(a) acadêmico(a) estagiário(a) espaços para a iniciação do exercício profissional” (UDESC, 2014, art. 1º). Acrescenta, ainda, por meio da Resolução da CEG, nº 02/2022, que se configura:

como espaço de questionamento, reavaliação e aperfeiçoamento curricular da dinâmica teoria-prática, promovendo conhecimento dos espaços escolares e não escolares, ação-reflexão-ação e intervenção nestes espaços, constituindo-se como elemento articulador e integrador de reavaliação, atualização e aperfeiçoamento da estrutura curricular (UDESC, 2022, art. 8º).

Nesta proposta, em consonância com as Diretrizes Curriculares e os documentos supracitados, o estágio curricular enfatiza o exercício da docência na Educação Básica: Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Compreende-se o estágio docente como componente curricular do curso de História que incorpora a pesquisa, constituindo-se em momento teórico em que a prática é problematizada e investigada. Tenta-se enfrentar a dicotomia entre teoria e prática, instituída historicamente nos cursos de formação docente, que acabou por reduzir o estágio como lugar da prática. Defende-se que o estágio também se constitui como lugar de reflexão, de estudos teóricos, enfim, de pesquisa sobre o ensino de História, suas finalidades, funções sociais na Educação Básica.

O estágio terá um total de 486 horas, distribuído entre a sexta e a oitava fases do Curso

para a turma ingressante a cada primeiro semestre (período noturno) e entre a quinta e a sétima fases do Curso para a turma ingressante a cada segundo semestre (período vespertino). Essa configuração deve-se à necessidade de as disciplinas Estágio Curricular Supervisionado II e III acontecerem no mesmo ano letivo escolar, e assim poderem ter suas atividades continuadas numa mesma turma abrangendo o primeiro e o segundo semestre. Os estagiários iniciam as atividades numa turma, entre março e abril, com observações, inserções didáticas e regência, fazem a pausa em julho, respeitando o calendário da escola, reiniciam os trabalhos em agosto e findam as atividades na escola entre os meses de outubro e novembro. A partir de então concluem a disciplina fazendo o Relatório Final de Estágio, que inclui todas as atividades realizadas na escola das disciplinas Estágio Curricular Supervisionado I, II e III.

As disciplinas que respondem pela carga horária de estágio são:

- ✓ Estágio Curricular Supervisionado I – 90 horas⁹
- ✓ Estágio Curricular Supervisionado II – 180 horas¹⁰
- ✓ Estágio Curricular Supervisionado III – 216 horas¹¹

O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado em instituições escolares de Educação Básica, preferencialmente aquelas que compõem as redes públicas. Além das atividades ligadas à docência, envolverá conhecimentos e competências relativas à participação em atividades da gestão de processos educativos, planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades de projetos.

⁹ Com o objetivo de garantir que o estudante inicie o Estágio nas escolas com maior vivência no Curso, principalmente em seus principais pressupostos formativos à docência, para poder cursar essa disciplina o estudante precisará ter concluído 1512 horas do curso, dentre as quais são obrigatórias as disciplinas de Prática Curricular: Ensino de História e suas Linguagens I e II, Didática da História, Organização e Gestão da Escola, Prática Curricular: Imagem e Som I e II.

¹⁰ Para cursar esta disciplina é preciso ter concluído Estágio Curricular Supervisionado I.

¹¹ Para cursar esta disciplina é preciso ter concluído Estágio Curricular Supervisionado II.

12. SAÍDAS DE CAMPO

As saídas de campo são estratégias de ensino/aprendizagem que possibilitam despertar o interesse dos acadêmicos e incentivar sua participação nas atividades do Curso, pois permitem a observação direta no próprio ambiente – escolar ou social. É uma perspectiva diferente e complementar ao trabalho realizado em sala de aula. A saída de campo é uma ferramenta que potencializa conteúdos e práticas e permite que o acadêmico do Curso desenvolva um olhar “culturalmente situado”. Nesse sentido, visitas a museus, centros culturais, acervos sobre a cultura material da escola, bibliotecas especializadas, espaços de ciências etc. oferecem possibilidades de ampliar os conhecimentos curriculares necessários para o futuro professor ingressar e permanecer de forma competente no mercado de trabalho. A intenção é sensibilizar os acadêmicos para conhecer e compreender outras temáticas e culturas, levando-os ao envolvimento, responsabilização e participação individual e coletiva na solução de problemas educacionais.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades acadêmico-científico culturais obedecem a LDB/1996 e as resoluções e pareceres emitidos pelo CNE. Compreende-se que têm a função de complementar e ampliar a formação acadêmica do futuro profissional, proporcionando-lhe a oportunidade de sintonizar-se com as mais diferentes manifestações culturais e com a produção científica relevante para sua área de atuação. No Curso de História tais atividades podem ser: participação em congressos ou eventos, participação em projetos de pesquisa, ensino, extensão, bancas de defesa, estágios não curriculares e outros trabalhos técnicos e científicos, com regulamentos próprios. A averiguação das horas necessárias para integralizar a matriz proposta (72 horas) deve ser realizada anualmente, mediante comprovante entregue pelo acadêmico, em documento devidamente arquivado na Coordenação do Curso.

As Resolução nº 026/2012 – CONSEPE, Resolução nº 11/2021 - CEG e a Resolução 15/2022– CEG serviram de fundamento para definir as Atividades Complementares presentes no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, as quais devem totalizar 180h, que equivalem a 10 créditos e contemplam o quantitativo previsto entre 2% e 6% da carga horária do curso. Para que sejam realizadas dentro do Projeto Pedagógico do Curso, serão

validadas as atividades que tenham relação com a grande área de formação “História”, atendendo aos tipos descritos no Anexo I da Resolução nº 026/2012 – CONSEPE.

A validação de participação em eventos técnico-científicos, estágios não curriculares e outros trabalhos técnico-científicos será realizada conforme os trâmites definidos pela Resolução 026/2012 – CONSEPE e Resolução 11/2021 - CEG. Procedimento similar será adotado quanto à validação de participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão. No processo de validação de disciplinas será recomendado que os acadêmicos procurem cursar, como atividades complementares, disciplinas relacionadas à área de formação não contempladas na matriz curricular. Dessa forma o acadêmico pode cursar disciplinas em outros cursos de graduação e validá-las como Atividade Complementar.

14. CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO

A creditação de extensão no Curso de Licenciatura em História, da UDESC, considera o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; a Resolução 07/2018 do CNE, que estabelece Diretrizes para o Ensino Superior, no que toca às atividades de extensão e a Resolução 007/2022 CEG, que estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da UDESC. O Centro de Ciências Humanas e da Educação, FAED, no que diz respeito às atividades de extensão e sua creditação em cursos de graduação, comprehende que:

- a) A Extensão é componente curricular, inter, multi e transdisciplinar, que assume caráter ético, estético, político, cultural, ambiental, científico e tecnológico, com função dialógica e transformadora, em articulação sistemática com o ensino e a pesquisa, no âmbito dos cursos de graduação em interlocução e ação direta com a sociedade.
- b) Os cursos de graduação da FAED, para fins da curricularização da extensão, tomam como referência a Resolução 015/2019 – CONSUNI, que institui e regulamenta a Política de Extensão da UDESC, bem como as orientações constantes na Resolução 007/2022 da UDESC, com especial atenção ao Anexo I da referida Resolução, no qual consta que a definição dos componentes curriculares de extensão em cada PCC compete ao Núcleo Docente Estruturante de cada curso, com discussão e aprovação no Pleno Departamental, indicando

carga horária correlata a cada componente curricular.

Diante de tais princípios, no âmbito do Departamento de História a creditação da extensão deverá contemplar 558 horas e ocorrerá de duas formas:

- a) 396 horas deverão ser validadas ao longo do percurso formativo, em Unidades Curriculares de Extensão (UCEs). Os procedimentos de validação, realizados pela Secretaria Acadêmica, deverão seguir as modalidades referidas na resolução 07/2022 da UDESC.
- b) 162 horas nas disciplinas mistas definidas pela matriz curricular aqui proposta:

QUADRO 20: DISCIPLINAS MISTAS

Disciplina	Carga horária de extensão
Ensino de História e suas Linguagens I	3 créditos – 54 h/a
Ensino de História e suas linguagens II	3 créditos – 54 h/a
Patrimônio Cultural II	3 créditos – 54 h/a

15. PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, BEM COMO DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

A formação docente, o exercício da docência e a produção de conhecimento histórico, sobretudo quando voltados à Educação Básica, constituem-se em territórios contestados, posto que são disputados por grupos que possuem seus próprios projetos, os quais envolvem tanto memórias e representações do passado quanto expectativas e projeções de futuro. Além disso, domínios e abordagens historiográficas, bem como processos de ensino e aprendizagem, relacionam-se a demandas sociais que a cada momento histórico se apresentam como desafios à formação e à atuação docente. Compreende-se que a formação docente é um processo aberto e inacabado, que se dá não apenas na universidade, mas ao longo da vida, em diferentes tempos e espaços: família, comunidade, escola, entre outros.

No entanto, é nos cursos de graduação, principalmente, que ocorre a sistematização dos saberes disciplinares e pedagógicos indispensáveis ao exercício da docência. O acesso à produção historiográfica e o desenvolvimento de habilidades para construir conhecimento especializado e qualificado capacitam o futuro docente a lidar com diferentes práticas e formas de elaboração do saber. É a partir de tal plataforma que podem ocorrer apropriações e interações com outras formas de construção de conhecimento necessárias em sua prática, muitos deles advindos de uma sociedade cada vez mais conectada, invadida por recursos comunicacionais, tecnológicos, com ferramentas múltiplas incluindo inteligências artificiais a ritmos vertiginosos. Novos desafios somam-se àqueles que fazem parte e motivam a constante renovação dos estudos historiográficos e a reflexão sobre o ensino: como promover um ensino de História significativo? Como torná-lo ferramenta de mudança social e de construção de melhores condições de vida, colaborando para uma sociedade mais justa, menos desigual e violenta?

A integração do ensino, da pesquisa e da extensão envolve a identificação de práticas e de espaços sociais articuladores nos quais seja possível construir ações consistentes nas escolas de Educação Básica. Tal estratégia tem sido vista como indispensável para tornar a formação docente em cursos de licenciatura mais potente, de forma que o graduando se torne capaz de lidar com as complexidades da profissão.

As escolas de Educação Básica podem tornar-se, assim, mais do que campos profissionais, afirmando-se como espaços de construção constante de saber interativo, mobilizando seus diferentes integrantes por meio de projetos em que as dimensões do ensino, da produção de saber e da intervenção social sejam cotidianamente articuladas e experimentadas. Projetos de educação, pesquisa e extensão em que o foco esteja na inserção social de docentes e estudantes, tendo o ensino de História como base prática e epistemológica, devem enfrentar os desafios mencionados, adicionando a incorporação de ferramentas digitais e novos meios de comunicação. A digitalização de acervos, a ampliação das redes comunicacionais e a luta por sua acessibilidade a diferentes perfis sociais, permitem o manuseio, tanto na escola quanto em outros espaços de ensino, de documentos, técnicas e saberes próprios à atuação de historiadores e historiadoras. Isso significa que a “aula de História”, como tal, é impactada, transformando-se em oportunidade para novas compreensões sobre o ofício e, principalmente, sua função social.

Pode-se dizer o Curso de Licenciatura em História da UDESC faz uso dessa estratégia há algumas décadas. Primeiramente, a preocupação em integrar essas dimensões é assumida pelos docentes que construíram e vêm construindo este curso. Na Licenciatura não se dissocia

pesquisa e ensino, não se trata do conhecimento escolar como algo menor que o acadêmico. Entende-se que o docente de História deve compreender as bases epistemológicas e metodológicas da construção do conhecimento por meio da pesquisa, tanto quanto as pedagógicas relativas ao ensino e a função social que tal conhecimento é capaz de assumir na sociedade, para além da pesquisa e do ensino. A articulação com a Educação Básica e com a comunidade é um compromisso concreto, observado por meio de projetos de extensão e de pesquisa desenvolvidos pelos docentes e por meio da integração de uma parcela dos docentes às atividades do PIBID, do programa de Residência Pedagógica/CAPES e dos discentes, professores de História, do ProfHistória, programa de pós-graduação profissional voltado a qualificação docente. As disciplinas de práticas curriculares, por exemplo, que ficaram com créditos de extensão, Patrimônio Cultural e Ensino de História e suas Linguagens, vinculam-se a docentes e laboratórios com experiências variadas que integram pesquisa, extensão e ensino. Ensino de História e suas Linguagens é vinculado ao Laboratório de Ensino de História (LEH), que integra pesquisas relacionadas mais diretamente ao ensino de História e à formação docente. É nesse laboratório que se concentram o PIBID e o programa Residência Pedagógica. Professores que recebem estudantes do curso para Estágio, ou para o PIBID ou Residência participam das atividades desenvolvidas pelo laboratório, evidenciando dimensões da formação docente inicial e continuada que se articulam.

A disciplina de Patrimônio Cultural vincula-se ao Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural (LabHPac), no qual são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para os processos de produção social de memórias associados à patrimonialização de bens culturais e à produção compartilhada de conhecimento histórico, em interação com diferentes grupos sociais e instituições. Por isso são particularmente relevantes, no LabHPac, as ações de extensão, tais como o Sistema de Pesquisa e Referência sobre o Patrimônio Cultural em Santa Catarina (Specula), que disponibiliza uma base de dados online sobre bens culturais em território catarinense, e o programa Arquivos Marginais, que contribui para a organização, conservação e difusão de acervos de instituições de isolamento (como prisões e hospitais-colônias) existentes em Santa Catarina.

Para atividades diversas, também como creditação da extensão, deve-se citar as atividades desenvolvidas no Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (AYA), que tem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão pautadas nas questões teóricas colocadas pelos estudos pós-coloniais e decoloniais. O laboratório reúne professores da rede pública de ensino, estudantes de graduação e pós-graduação da área das Ciências Humanas e integrantes vinculados a movimentos sociais. Busca construir um conhecimento acadêmico, científico e

social comprometido com a interpretação decolonizada acerca das experiências de diversos sujeitos sociais, em especial no campo dos estudos africanos e indígenas. As ações desenvolvidas pelo laboratório contribuem para a troca, produção, transmissão e a apropriação de campos do conhecimento, em especial, das ciências sociais, humanas e políticas, que questionem e discutam os temas da diversidade.

O AYA é particularmente ativo no que diz respeito às suas atividades extensionistas e de pesquisa, com o foco voltado para contribuir na qualificação da Educação Básica através da produção de materiais didáticos e na realização de oficinas e palestras voltadas para formação continuada professores(as) da rede de ensino, alunos(as), gestores(as) públicos, acadêmicos(as) de licenciaturas e bacharelado, pesquisadores da área de História, de Educação, de Geografia, de Artes e de Biblioteconomia e demais interessados. Os projetos de extensão universitária desenvolvidos abarcam a organização de rodas de saberes com migrantes africanos e indígenas (configuradas em forma de oficinas e palestras); elaboração de materiais didáticos sobre história indígena e das Áfricas para serem utilizados no ensino básico; a criação de biblioteca virtual da temática africana e indígena; a realização de mostra de filmes e documentários produzidos por (ou em conjunto com) indígenas e africanos e produção de vídeo. Vale ressaltar que as equipes formadas para a elaboração de materiais didáticos para o ensino são compostas por docentes do ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis.

A implementação das leis federais 10.639/03 e 11.645/08 depende de uma compreensão de histórias e culturas africanas e indígenas que seja fruto desse processo educativo e do reforço e da efetivação de suas reivindicações políticas. Ainda que tenhamos um caminho árduo na superação de um conhecimento hegemônico eurocêntrico, a presença desta disciplina como obrigatória no curso de História (e outros) é fundamental para que se amplie cada vez mais os olhares acerca dos povos indígenas e africanos, possibilitando pensar uma história e historiografia que os contemple como sujeitos a partir de suas próprias visões históricas. A real efetivação das leis e diretrizes educacionais, e a consequente formação de uma sociedade mais inclusiva, necessita construir novas concepções de ensino-aprendizagem. O combate de estereótipos em uma sociedade que tem como marca a presença histórica no passado e no presente a diversidade pode e deve ser feito a partir dos conhecimentos de povos indígenas e africanos, fundamentais na construção de uma educação intercultural.

O Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) é outro espaço que desenvolve consistentes práticas de articulação entre projetos de pesquisa, ensino e extensão. Há uma trajetória consolidada de prestação de serviços e de articulação com entidades e instituições voltadas para a área de políticas sociais. Além disso, há muitos anos são

desenvolvidas ações de pesquisa e de extensão que promovem a construção de saber especializado sobre estratégias de proteção a crianças, adolescentes e jovens ao longo da História recente. Domínios, abordagens e temáticas como relações de gênero, relações sociais no âmbito da família, sexualidades, infâncias e juventudes, bem como movimentos sociais e populacionais contemporâneos, demonstram tratar-se de um espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão que incorpora de modo sistemático seus resultados nos cursos de graduação em História.

16. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História considera que a avaliação ocupa importante papel de informação e orientação para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido o Curso nega a lógica segundo a qual a avaliação é usada como instrumento meramente de medida, que classifica, exclui ou hierarquiza os acadêmicos (PERRENOUD, 1999). Objetiva-se investir numa avaliação formativa relacionada de modo coerente com a abordagem curricular. Nesse sentido, observa-se a necessidade de que avaliação e planejamento se constituam em atividades inseparáveis, de maneira a formar um processo único, no qual os objetivos, os conteúdos, as estratégias de ensino, os critérios e as formas de avaliar, sejam definidos e evidenciados de forma precisa nos planos de ensino e nas práticas pedagógicas cotidianas.

A verificação do processo de ensino e aprendizagem deve ser prevista no plano de ensino de cada disciplina e disponibilizada aos/as acadêmicos/as no início do semestre letivo, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e aproveitamento. O número destas avaliações será definido em cada semestre pelo professor da disciplina, observando um mínimo de duas (Conforme art.2º da Resolução do CONSEPE nº 003/2013) e um máximo de cinco avaliações por disciplina. A sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem do Curso abrange (a) Disciplinas Teóricas; (b) disciplinas que compõem o Estágio Curricular supervisionado; (c) disciplinas de Práticas Curriculares; (d) Atividades Complementares e (e) Atividades Curriculares de Extensão.

A avaliação da aprendizagem discente no Curso de História obedece ao disposto no Regimento Geral da UDESC:

Art. 144. A verificação da aprendizagem, abrangendo os aspectos de assiduidade e aproveitamento, será feita por disciplinas, atividades acadêmicas obrigatórias e atividades acadêmicas complementares, através da

utilização das diversas técnicas e instrumentos estabelecidos no projeto político-pedagógico específico de cada curso.

§ 1º Entende-se por assiduidade, a frequência às atividades de cada disciplina, atividades acadêmicas obrigatórias e atividades acadêmicas complementares, considerando-se nelas reprovado o aluno que deixar de comparecer a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária programada das mesmas.

§ 2º A avaliação do estudante é de responsabilidade do professor, sendo expressa através de notas variáveis de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) e deverá considerar a assimilação progressiva de conhecimentos e a capacidade de sua aplicação.

§ 3º Ao final de cada período letivo, será atribuída ao estudante, em cada disciplina ou atividade acadêmica, uma nota final, resultante da média das avaliações realizadas durante o período letivo, independentemente da carga horária da mesma, sendo regulamentada pelo projeto político-pedagógico de cada curso, sendo obrigatória a previsão da divulgação dos resultados da anterior antes da formulação da nova avaliação.

[...]

Art. 145. A avaliação do rendimento acadêmico será feita em cada disciplina, em função do aproveitamento em provas, seminários, trabalhos de campo, entrevistas, trabalhos escritos e outros.

[...]

Art. 146. É obrigatório o comparecimento do aluno às atividades acadêmicas programadas. [...]

§ 3º O aluno que não tiver frequentado, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas programadas estará automaticamente reprovado.

Art. 147. A avaliação do aproveitamento é feita pelo professor e expressa numericamente em escala de 0 (zero) a 10 (dez), do seguinte modo:

I - é considerado aprovado o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência não inferior a 75% (setenta e cinco por cento);

II - o aluno que não obtiver a média 7,0 (sete vírgula zero) estará, obrigatoriamente, em exame, cujo desempenho será composto por média semestral com peso 6 (seis) e o exame final com peso 4 (quatro), devendo atingir a média final de, no mínimo, 5,0 (cinco vírgula\zero) e frequência não inferior a 75% (setenta e cinco por cento);

III - a média semestral de peso 6 (seis) representa o aproveitamento do aluno na disciplina e é obtido através da média oriunda das notas atribuídas a testes, trabalhos e/ou relatórios distribuídos ao longo do período letivo;

IV - o exame final será resultante de prova escrita e/ou oral e/ou prática, de projeto e sua defesa, ou trabalho equivalente, cobrindo toda a matéria lecionada durante o período letivo (UDESC, 2007).

Serão considerados na avaliação da aprendizagem a assimilação progressiva e acumulativa de conhecimentos, a capacidade de aplicação deles em trabalhos individuais e coletivos, bem como o domínio dos conteúdos abordados na disciplina. O conceito final se constitui de uma síntese de resultados obtidos em atividades variadas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento e respeitando a legislação da UDESC. As atividades caracterizam-se como:

- ✓ Provas com questões dissertativas;
- ✓ Provas com questões objetivas;
- ✓ Produção textual: resenhas, fichamentos, *papers*, artigos, projetos, planos de aula, materiais didáticos, relatórios, diários de campo, monografias etc.;
- ✓ Produção audiovisual: videoaulas, podcast, documentários, filme de animação; spot de propaganda etc.;
- ✓ Estudos dirigidos;
- ✓ Seminários;
- ✓ Oficinas;
- ✓ Sequências Didáticas;
- ✓ Exames;
- ✓ Autoavaliação.

Os resultados das avaliações serão expressos por notas, numa escala de zero (0) a dez (10), cuja atribuição é de inteira responsabilidade do professor da disciplina. Tais resultados serão comunicados aos estudantes, também pelo professor, no máximo 10 (dez) dias úteis, a contar da data de sua realização, pelo Sistema de Gestão Acadêmica (Conforme art.3º da Resolução do CONSEPE nº 003/2013).

Para concluir o curso o acadêmico é obrigado a concluir o Estágio Curricular Supervisionado, que abrange as disciplinas Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II e Estágio Curricular Supervisionado III. O Estágio Curricular Supervisionado alia teoria e prática e é realizado sob a orientação do professor responsável em cada etapa e disciplina mencionada. Para concluir o curso, o acadêmico é obrigado a apresentar Relatório de Estágio Curricular Supervisionado, que inclui artigos individuais dos estudantes relativos aos resultados das pesquisas desenvolvidas na sala de aula, no decorrer dos estágios I, II e III.

No âmbito das Práticas Curriculares, a avaliação também ocorre pela confecção, acompanhamento e coordenação da execução dos projetos, nos locais de realização/ campos de estágio e por meio de orientações individuais e em equipe, nos locais de realização/campos de estágio e em sala de aula, para elaboração dos ensaios, relatórios e apresentações finais.

17. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS FRENTE À AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso de licenciatura em História realiza ações de autoavaliação a partir dos resultados obtidos em avaliações externas - como a avaliação do Conselho Estadual da Educação para renovação do Reconhecimento do Curso, os Exames Nacionais de Curso, ENADE. No que se refere ao ENADE, o Curso alcançou nota 4 no exame a que foi submetido em 2021. Todavia comprehende-se que esta nota deve ser relativizada, visto que o exame aconteceu em condições atípicas, em razão da pandemia de Covid-19, que impôs a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão em modalidade remota a partir de março de 2020 até fevereiro de 2022.

A avaliação interna acontece a partir de estratégias distintas, descritas a seguir:

- a) A partir da Coordenadoria de Avaliação Institucional, com os trabalhos de avaliação e autoavaliação da Comissão Setorial de Avaliação da FAED, disponibilizados na página do Centro. Os discentes e docentes avaliam as ações do Curso de História, desempenho docente e discente por meio de formulários específicos. Em termos gerais, o curso de História destaca-se positivamente em avaliações docente e discente por possuir forte vinculação com os Sistemas de Ensino da Região de Florianópolis; pela realização de projetos integrados com as Secretarias Municipais de Educação; pela preocupação com a formação docente para a Educação Básica e Superior; pelas discussões e reformulações curriculares sintonizadas com as Diretrizes Nacionais.
- b) A partir da constituição do Núcleo Docente Estruturante/NDE, no ano de 2010, com o estabelecimento de estratégias para acompanhamento pedagógico do Curso de História, como a aplicação de questionários, canal de comunicação com o Centro Acadêmico e representantes discentes a fim de tratar do andamento do curso.

Como resultado da autoavaliação já foram adotadas estratégias concretas, como por exemplo:

- a) Reuniões de planejamento por fases a cada início de semestre. Os professores discutem o andamento do semestre anterior a partir de sua própria avaliação das disciplinas sob sua responsabilidade e do conjunto das disciplinas do semestre. Essa avaliação, que conta com a presença de representantes discentes, é realizada em diálogo com as impressões dos demais professores sobre o conjunto das disciplinas

e atividades realizadas e serve tanto para reelaboração do planejamento semestral quanto para indicar mudanças a serem realizadas no âmbito do Curso;

- b) Em decorrência da manifestação dos discentes sobre quantidade de leituras e atividades que seriam excessivas, tem havido esforço dos professores em propor leituras conjuntas envolvendo duas ou mais disciplinas, sempre que estas sejam afins. Em relação as atividades, além de discutir formas de que duas ou mais disciplinas possam ter atividades conjuntas, pactuou-se que aquelas que resultem em notas, não ultrapassem o número de três avaliações por semestre;
- c) Em relação as avaliações, feita pelos docentes, sobre o aumento de demandas relativas à saúde mental ou cognitivas pelos estudantes, estabeleceu-se profícuo canal de comunicação com o NUAPE – Núcleo de Apoio Pedagógico. Há encaminhamentos realizados pelos docentes a este núcleo, de estudantes que sinalizam dificuldades variadas no andamento do Curso, e há orientações deste núcleo aos docentes sobre seu acompanhamento.

18. CORPO DOCENTE DO CURSO

18.1 QUADRO 21: IDENTIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO, SITUAÇÃO FUNCIONAL, REGIME DE TRABALHO E TITULAÇÃO

Professor(a)	Situação Funcional		Regime de Trabalho					Titulação			
	E	S	10	20	30	40	DI	G	E	M	D
1. Caroline Jaques Cubas	X						X				X
2. Claudia Mortari	X						X				X
3. Cristiani Bereta da Silva	X						X				X
4. Emerson César de Campos	X						X				X
5. Fabio Amorim			X							X	
6. Filipe Noé da Silva	X					X					X
7. Janice Gonçalves	X						X				X
8. João Júlio Gomes dos Santos Júnior	X					X					X
9. Luciana Rossato	X						X				X
10. Luisa Tombini Wittmann	X						X				X
11. Mariana Joffily	X						X				X

12. Michele Bete Petry	X								X
13. Nucia Alexandra Silva de Oliveira	X					X			X
14. Rafael Rosa Hagemeyer	X					X			X
15. Reinaldo Lindolfo Lohn	X					X			X
16. Renato de Araújo Monteiro	X							X	
17. Rogério Rosa Rodrigues	X					X			X
18. Silvia Maria Fávero Arend	X					X			X
19. Viviane Trindade Borges	X					X			X
20. Walderez Simões costa Ramalho	X				X				X

Legenda: E - efetivo; S - substituto; DI – dedicação integral; G - graduado; E - especialista; M - mestre; D - Doutor

19. RECURSOS NECESSÁRIOS

RECURSOS HUMANOS E RECURSOS MATERIAIS

Verifica-se que a adoção do novo currículo para o Curso de História não implica em excessivos encargos financeiros para a Universidade, uma vez que os recursos materiais são satisfatórios e estão à disposição do Curso (salas de aula e coordenação, núcleos, laboratórios e equipamentos) no prédio da FAED. O apoio da FAPESC/UDESC à infraestrutura dos grupos de pesquisa, além dos editais anuais para compra de materiais têm sido importantes para suprir as necessidades quanto aos recursos materiais.

Em relação aos recursos humanos, o estudo de carga horária por docente aponta a suficiência do atual quadro de professores em exercício no Departamento de História, para suprir a demanda da implantação desta proposta. Todavia não considera carga horária administrativa, afastamentos para capacitação, licenças e demais situações relacionadas a pesquisa e atuação na pós-graduação que impactam a carga horária necessária na graduação. Tal estudo é fundamental como base para análises posteriores.

Faz-se importante destacar que a FAED faz uso de um “orçamento participativo”, ou seja, a direção geral, por meio de critérios estabelecidos previamente, distribui os recursos entre os departamentos. Assim, o Departamento de História possui uma cota própria relativa a custeio de passagens, diárias, hospedagens, taxa de inscrição, pró-labore a pessoa física e locação de veículos. Nos últimos anos, apenas a parte referente a locação de veículos tem se apresentado reiteradamente insuficiente. As saídas de campo e/ou visitas técnicas tem se

tornado importante estratégia do Curso de História para estreitar os vínculos com os discentes, além de ampliar seus conhecimentos relativos aos conteúdos abordados nas disciplinas. Há previsões de pelo menos uma saída por semestre, no entanto, se a saída for para outro Estado, os recursos não são suficientes para uma segunda saída.

20. ACERVO (Biblioteca)

O Sistema de Bibliotecas UDESC é composto por uma unidade administrativa denominada Biblioteca Universitária (BU) que coordena as 11 bibliotecas setoriais distribuídas no Estado de Santa Catarina junto aos Centros de Ensino e tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Embora fisicamente separados, os acervos das bibliotecas da UDESC estão integrados pelo sistema eletrônico de gestão de bibliotecas *Pergamum*. A pesquisa ao catálogo online pode ser efetuada por meio do endereço: <https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca/index.php>.

A Biblioteca Central, localizada no Campus I, Florianópolis, mesmo endereço em que se oferta o Curso de Licenciatura em História (FAED), é a responsável, portanto, por atender mais diretamente os acadêmicos e professores do Departamento de História (graduação e pós-graduação). Possui um espaço físico de 1.344 m², em prédio de quatro andares. Conta com espaços destinados tanto para o estudo individual, quanto para o estudo em grupo. Possui amplo ambiente de leitura, pesquisa e de armazenamento adequado do acervo. Além dos setores administrativo e técnico, possui salas climatizadas para leitura, audição e projeção, salas para estudo em grupo com acesso à internet, terminais exclusivos para consulta às bases de dados e scanners para digitalização de documentos. Foram recentemente disponibilizados para a comunidade acadêmica computadores para realização de trabalhos, tela interativa, sala dinâmica para realização de oficinas e reuniões, espaço *maker* e um espaço *coworking*.

Seu quadro de pessoal é composto por 6 bibliotecários, 4 auxiliares e 14 bolsistas. Oferece uma variedade de serviços, que compreendem: consulta local, empréstimo domiciliar, levantamento bibliográfico, normalização bibliográfica, capacitações para a utilização e acesso às bases de dados, divulgação de novas aquisições, atividades artísticas e culturais, visita orientada, intercâmbio bibliotecário, comutação bibliográfica, catalogação na fonte. Além disso, realiza empréstimo entre bibliotecas, atende a diversas instituições congêneres e a comunidade em geral. Está informatizada e disponibiliza vários serviços pela Internet, inclusive com acesso remoto ao acervo digital e às bases de dados. São disponibilizadas no *Pergamum* as versões eletrônicas da produção científica da Universidade, tais como: Teses,

Dissertações e Monografias.

Em relação às bases de dados, desde 2020 a Udesc disponibiliza a sua comunidade acadêmica o acesso à Plataforma digital de livros – *Minha Biblioteca*. São mais de 15 mil títulos de livros eletrônicos de mais de 16 editoras acadêmicas do Brasil e 42 selos editoriais disponíveis para que a comunidade acadêmica tenha acesso 24h por dia e de qualquer local. Destaca-se também o acesso completo ao Portal de Periódicos CAPES, que possui atualmente uma coleção de mais de 49 mil títulos de periódicos nacionais e internacionais. Em 2022, a Biblioteca Universitária disponibilizou a sua comunidade o acesso a uma coleção com mais de 20 mil livros eletrônicos, além de bases de periódicos e normas técnicas. O acervo da Biblioteca Central, é composto por: 57.310 títulos de livros e 114.541 exemplares. Em relação a área de História, especificamente, possui 3.154 títulos e 6.518 exemplares distribuídos em livros, dicionários, periódicos impressos, DVDs, CDs, Gravações e outros materiais diversos. Além do acervo próprio, a Biblioteca Central utiliza recursos informacionais do intercâmbio interbibliotecário com outras bibliotecas da Rede UDESC e instituições congêneres.

No que se refere às políticas de expansão do acervo, é feito semestralmente o cotejo da bibliografia básica sugerida nos planos de ensino com o acervo existente nas bibliotecas. As referências bibliográficas inexistentes são adquiridas. A atualização é feita também por meio de aquisições realizadas com recursos de projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes vinculados ao Departamento de História, sobretudo recursos captados junto a agências de fomento como CNPq e FAPESC.

21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Os dados referem-se ao orçamento de 2023 do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, destinado ao Departamento de História.

QUADRO 22 – Previsão Orçamentária

Destinação dos Recursos	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1. INVESTIMENTOS				506.808,31
1.1 Terreno	Custeados pela reitoria			
1.2 Construções	Custeados pela reitoria			
1.3 Mobiliário	Custeados pela reitoria			
1.4 Equipamentos	Custeados pela reitoria			
1.5 Acervo Bibliográfico	Custeados pela reitoria			
2. CUSTEIO				
2.1 Diárias				22.461,10
2.2 Material de Consumo				0,0
2.3 Locomoção/Passagens				22.461,10

2.4 Hospedagem				7.531,08
2.5 Terceiros Pessoa Física				6.738,33
2.6 Terceiros Pessoa Jurídica				29.199,14
2.7 DESPESAS COM PESSOAL				
2.7.1 Professores Universitários	Custeados pela reitoria			
2.7.2 Técnicos Universitários de Desenvolvimento	Custeados pela reitoria			
2.7.3 Técnicos Universitários de Suporte	Custeados pela reitoria			
2.7.4 Técnicos Universitários de Execução	Custeados pela reitoria			

22. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de História. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Ensino Superior, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, 2019;

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

UDESC. Resolução nº 007 – CEG, de 26 de julho de 2022. Estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da UDESC. Florianópolis: UDESC, Câmara de Ensino de Graduação, 2022.

UDESC. Resolução nº 015 – CEG, de 8 de novembro de 2022. Aprova normas, no âmbito da UDESC, de medidas relativas ao Ensino de Graduação para elaboração de reforma ou ajuste curricular de projeto pedagógico de curso. Florianópolis: UDESC, Câmara de Ensino de Graduação, 2022.

UDESC. Resolução nº 015 – CONSUNI, de 23 de abril de 2019. Institui e regulamenta a Política de Extensão universitária da UDESC. Florianópolis: UDESC, Conselho Universitário, 2019.

UDESC. Resolução nº 02 – CEG, de 05 de abril de 2022. Define as diretrizes para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura da UDESC. Florianópolis: UDESC, Câmara de Ensino de Graduação, 2022.

UDESC. **Resolução nº 044 - CONSUNI**, de 01 de junho de 2007. Regimento Geral da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UDESC, Conselho Universitário, 2007.

UDESC. **Resolução nº 066 – CONSUNI**, de 26 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estágio Curricular na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UDESC, Conselho Universitário, 2014

UDESC. **Resolução nº 026 - CONSEPE**, de 13 de novembro de 2012. Regulamenta as atividades complementares nos cursos de graduação da UDESC. Florianópolis: UDESC, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2012.

UDESC. **Resolução nº 11 - CEG**, de 30 de novembro de 2021. Altera dispositivos da Resolução nº 026/2012 – CONSEPE, que “Regulamenta as atividades complementares nos cursos de graduação da UDESC.” Florianópolis: UDESC, Câmara de Ensino de Graduação, 2021.

ANEXO

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação	UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia	
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo	
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69	
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES
	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE HISTÓRIA

(p.5 a 9 do Parecer)¹²

Introdução

¹² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

Este texto apresenta-se como proposta cuja finalidade é substituir o currículo mínimo dos cursos de Graduação em História, que fornecia os parâmetros básicos a sua organização curricular no contexto da antiga Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.

Para os profissionais que integram a área de conhecimento da História, a substituição do currículo mínimo por instrumento diferente não é necessidade que decorra unicamente da aprovação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: ela se impunha, há já bastante tempo, pelas transformações ocorridas desde a década de 1960 na mencionada área de conhecimento, como configurada no Brasil. Com efeito, quando do estabelecimento do antigo currículo mínimo, na década de 1960, os cursos de Graduação em História apresentavam quase todos, neste país, baixo grau de profissionalização e uma presença muito limitada (quando não a simples ausência) de atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e, com maior razão, por estudantes. Os professores universitários trabalhavam em condições difíceis, marcadas quase sempre pela ausência do regime de dedicação exclusiva; inexistia um sistema de bolsas de pesquisa para docentes e discentes. A época inaugurada pela década seguinte, entretanto, em função de mudanças que se davam no seio da área de conhecimento e de transformações institucionais importantes - surgimento e expansão do regime de dedicação exclusiva, implantação progressiva de um sistema nacional de PósGraduação em História, aparecimento de um sistema consistente e permanente de bolsas de pesquisa para professores e alunos, mais tarde uma proliferação das revistas e outras publicações especializadas -, foi marcada por passos muito importantes no sentido da profissionalização dos historiadores e da consciência da necessária indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade, ponto posteriormente transformado em preceito constitucional. Eis aí algumas das razões que explicam ter-se transformado o antigo currículo mínimo em instrumento arcaico, acanhado e em descompasso com os progressos do setor.

Outrossim, as mudanças foram ainda mais gerais, no campo da História e para os historiadores. Com efeito, nos anos que vão de 1968 a 1980 apareceram, em diferentes cronologias segundo os países (por exemplo já claramente em 1974 no caso da França, em 1980 nos Estados Unidos, bem mais tarde entre nós, pelo menos como consciência de rupturas radicais), questões que levavam à nova e mais complexa configuração do quadro em que se desenvolviam os estudos históricos. Se houve querelas epistemológicas e teóricas às vezes acirradas, o que mais interessa a nosso assunto é a formidável ampliação ocorrida nos objetos e enfoques disponíveis para os historiadores. Diante dela, o currículo mínimo passou a ser mais do que nunca uma camisa de força; e a solução não seria a simples inclusão de novas áreas de conhecimento histórico e disciplinas afins em sua lista, já que a mencionada ampliação foi de tal ordem que, de fato, impunha a introdução de escolhas: não seria possível, obviamente, tentar esgotar a totalidade do campo percebido para os estudos da História no âmbito de um curso de Graduação, cuja duração deve obedecer a limites de ordem prática e relativos aos custos aceitáveis na formação de especialistas.

A mesma ampliação se dava quanto às ocupações funcionais dos profissionais formados em História no Brasil. Se a tradicional dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura parecia bastar no começo da década de 1960, ela parece cada vez mais limitada ou acanhada numa época como a nossa, quando, além das tradicionais destinações (ensino de primeiro e segundo grau, Parecer CES 492/2001 6 por um lado; ensino universitário ao qual se vinculava a pesquisa, por outro), pessoas formadas em História atuam, crescentemente (e a lista a seguir é seletiva, incompleta): em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também;

trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação.

Note-se que a esta ampliação das áreas de atuação corresponde outra, relativa às linguagens cujo manejo pelos profissionais formados em História tornou-se corrente. Se a forma discursiva continua sendo o meio mais usual de expressão entre historiadores, o domínio de técnicas de análise semântica ou semiótica aplicadas a diferentes linguagens (textual, iconográfica, audiovisual etc.), a possibilidade de elaborar vídeos e CD-ROMs ao lado dos textos tradicionais, em certos casos (como por exemplo em História Econômica e em Demografia Histórica) o manejo da estatística e de simulações complexas utilizando o computador, vieram a ser corriqueiros. Tornava-se cada vez mais urgente, portanto, um aggiornamento na formação de Graduação em História.

Observe-se que, com todas estas novidades e em especial com sua busca de contatos interdisciplinares e transdisciplinares em proporções nunca vistas, a História sempre manteve a sua especificidade como área do conhecimento. Especificidade esta que não tem a ver tanto com o objeto - em termos gerais, comum a todas as ciências humanas e sociais - mas, sim, com uma forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de uma formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época.

Ao mesmo tempo, não é possível deixar de considerar a enorme diversidade, sob vários pontos de vista, das regiões do Brasil e, mais especificamente, nelas (ou mesmo no interior de cada região), dos programas de História existentes. Se nos limitarmos exclusivamente ao que é específico, uma grande diferença existe, por exemplo, entre os programas de História que oferecem exclusivamente formação na Graduação e aqueles - em número muito minoritário ainda - que possuem a Pós-Graduação stricto sensu.

De início, nos tempos pioneiros da expansão do ensino de Pós-Graduação, mais de um quarto de século atrás, notava-se certa hostilidade, muitas vezes não de todo aberta ou explícita, entre uma Pós-Graduação ainda e docentes ainda não titulados como doutores (e que portanto não desempenhavam tarefas de ensino e orientação na Pós-Graduação) cujo trabalho se desenvolvia numa Graduação eivada de problemas, a começar pela matrícula de alunos cada vez mais numerosos. Com o tempo, entretanto, bem como com os progressos consideráveis ocorridos na titulação dos profissionais e a ampliação das atividades de pesquisa mesmo entre os estudantes da Graduação, tendeu-se, pelo contrário, a uma crescente integração entre Graduação e Pós-Graduação nos programas de História: a qual, não achando, nas estruturas derivadas do antigo currículo mínimo de Graduação e da legislação específica (pensamos nas leis nacionais mas também nas regras de organização interna das universidades) relativa à Pós-Graduação, bases institucionais suficientes, buscou soluções diversas, a exemplo dos laboratórios que integravam docentes e discentes do programa na sua totalidade (Graduação e Pós-Graduação). Tais soluções tinham a desvantagem de uma falta de sanção suficiente às suas atividades: em muitos casos, as atividades dos laboratórios ou das outras formas Parecer CES 492/2001 7 pensadas para promover a integração Graduação/Pós-Graduação não podiam, por exemplo, ser computadas no regime de horas de trabalho semanais dos docentes, ou como créditos para os discentes. Aos poucos surgiram tentativas mais ambiciosas no sentido da integração - o programa PROIN/CAPES, por exemplo, tem resultado por vezes em práticas e produtos de grande interesse - mas sem dúvida é necessário que a própria organização curricular contribua para tal integração e a favoreça.

É preciso reconhecer, entretanto, que numerosos programas de História no país, além de não disporem ainda de uma pós-graduação stricto sensu, estão longe de estabelecê-la. Por mais que tais programas, por vezes, criem cursos de Pós-Graduação lato sensu de enorme interesse e da maior importância, por exemplo, na formação continuada dos profissionais que atuam no ensino fundamental e no ensino médio e nas necessárias atividades de extensão que inserem as instituições de ensino superior em suas respectivas regiões e contextos sociais, continua sendo verdadeiro que grandes diferenças constatam-se segundo esteja ausente ou presente a formação pós-graduada stricto sensu num dado programa.

Razões diversas podem, também, levar alguns programas a reforçar setores que, em outras instituições de ensino superior, encontram-se muito menos desenvolvidos. Assim, a História da África Negra, por exemplo, que sem dúvida deveria estar mais presente entre nós, em alguns casos de fato está, enquanto em outros não conseguiu ainda estabelecer-se minimamente por falta de meios suficientes para tal. Setores como a História Antiga e Medieval, de difícil desenvolvimento devido à necessidade de aprendizagem de línguas ditas "mortas" ou da associação Arqueologia/História, assumem dimensões e importância relativamente grandes em alguns programas, em que abrem opções específicas para os alunos já na Graduação, mas não em outros, onde existem só minimamente.

Muitos programas de formação em História manifestam preocupação especial com a História Regional, por exemplo em áreas do país em que a produção de obras históricas a elas relativa é ainda pequena, sendo desejável reforçar desde a Graduação o interesse pelos assuntos regionais numa perspectiva histórica. Por razões que são extremamente variáveis, certas especialidades em História do Brasil estão muito mais presentes em alguns programas de Graduação (e Pós-Graduação) do que em outros. E estes são somente uns poucos exemplos tomados ao acaso.

Estes e outros fatores de diversidade, bem como a vontade de abrir escolhas flexíveis numa época em que o campo possível de atuação dos profissionais formados em história se ampliou muito, conduzem à necessidade de diretrizes curriculares bem mais abertas do que as do antigo currículo mínimo.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- f. competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

3. Estruturação dos Cursos

Os colegiados das instituições deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador. Deverão incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado. O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

4. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos básicos e complementares da área de História se organizam em torno de:

1. Conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaço temporais.
2. Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada instituição e dos profissionais que nelas atuam. As instituições devem assegurar que o graduando possa realizar atividades acadêmicas optativas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento.
3. Conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio. No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

5. Estágios e Atividades Complementares

1. As atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente.
 2. As atividades acadêmicas complementares (estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extra-classe, participação em eventos científicos) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados/Coordenações dos Cursos.
6. Conexão com a Avaliação Institucional Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES 13, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de História, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de História deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências e habilidades – gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura;
- d) a estrutura do curso, bem como os critérios para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e optativas do bacharelado e da licenciatura;
- e) os conteúdos curriculares básicos e conteúdos complementares;
- f) o formato dos estágios;
- g) as características das atividades complementares;
- h) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de História, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 28/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 13/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.